

# O PT e as revoluções: notícias e debates

Vanessa XavierNadotti (org.)

Em 1980, na primeira edição do *Boletim Nacional*, a Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores solicitava para aqueles que estivessem dispostos a ajudar na campanha de solidariedade ao povo nicaraguense que se manifestassem junto ao Diretório Nacional. O objetivo era auxiliar com remédios, ajuda profissional médica e até mesmo um trator para os camponeses. Naquele contexto, o país estava inserido no processo revolucionário que depôs a ditadura de Somoza por meio da Revolução Sandinista de 1979.

Nesta edição de *Perseu*, trazemos uma seleção de documentos sobre a relação e as reflexões do Partido dos Trabalhadores com as experiências revolucionárias do final do século XX. Por meio das moções e resoluções de Encontros e Congressos, e dos jornais de circulação nacional, apresentaremos os debates e ações que foram colocados pelo Partido. Nicarágua, Cuba, e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas compõem o escopo das discussões aqui selecionadas.

O Caderno também traz os relatos dos militantes que visitaram os governos revolucionários, tanto para conhecer as organizações sociais, políticas e econômicas, quanto para brigadas de trabalho. Este é o caso da Nicarágua, que, em 1984 recebeu médicos e enfermeiros enviados por meio do Partido para trabalhar durante dois anos. Os brigadistas percorreram sobre as dificuldades econômicas vividas pela população, ocasionadas principalmente pela pressão norte-americana contra a Revolução Sandinista, bem como os esforços de mobilização em torno da criação de conselhos populares de saúde e produção de alimentos.

Em 1986, militantes do Partido dos Trabalhadores foram convidados a visitar a República Democrática Alemã. Também publicado no *Boletim Nacional*, o relato da viagem feito por Paulo Azevedo é um balanço do contexto social e da experiência socialista naquele país. A consideração feita por ele é de que “erros e equívocos podem existir. Mas os benefícios para os trabalhadores são imensos”, tal como exposto no documento “Viagem à outra Alemanha”.

O Partido dos Trabalhadores também fez denúncias e moções de repúdio contra o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba. Em 1992, o então deputado Luiz Gushiken apresentou na Comissão de Relações Internacionais da Câmara Federal uma moção de repúdio à Lei Torricelli, que propunha endurecer ainda mais o bloqueio. No 8º Encontro Nacional

o PT manifestava sua “solidariedade irrestrita” ao povo cubano, reforçando o posicionamento contrário ao embargo. Em 1994 e 1995, durante o IX e X Encontro Nacional, respectivamente, o Partido mais uma vez realiza uma moção contra o “criminoso” bloqueio. Durante a década de 1990, o Partido promoveu viagens a Cuba para os militantes interessados em conhecer o funcionamento e organização da sociedade cubana, também com intuito de reforçar os laços de solidariedade.

No leste europeu, o Partido dos Trabalhadores também realizou visitas, tal como no caso da extinta Alemanha Oriental, acima citada, quando integrava o bloco dos países socialistas. Além disso, debateu as mudanças políticas que se realizaram na década de 1990 com a queda do muro de Berlim e o colapso do chamado “socialismo real”. Nesta seleção de documentos, além de reportagens que refletem sobre o assunto, temos a resolução do I Congresso Nacional do PT, realizado em 1991, que discorre sobre “A nova situação internacional” e “o que desabou no Leste”. Nela, o Partido faz um balanço dos desdobramentos políticos e sociais ocorridos nos países que compunham o bloco socialista. Dentre as considerações, expõe que há um “renascimento histórico” de luta, na qual deixa ver que só a “experiência viva, a prática de novos sindicatos e partidos” é que vai ajudar o povo construir alternativas e “superar as ilusões do capitalismo”.

O Caderno de Documentos da décima quarta edição de *Perseu* é composto de publicações do *Jornal dos Trabalhadores*, *Boletim Nacional*, *PT Notícias*, e também resoluções e moções de Encontros e Congressos do Partido dos Trabalhadores. Além disso, trazemos uma seleção de fotografias e cartazes também inseridos na temática das revoluções ocorridas no século XX. Essas imagens integram a base de dados do Centro Sérgio Buarque de Holanda, disponível online através de nosso site.

Boa leitura!

## a) EM CRISE, A AMÉRICA CENTRAL - 1982

*E a Nicarágua é o principal alvo da antipropaganda imperialista*

Primeiro a guerra das Malvinas<sup>1</sup>, depois a guerra do Líbano<sup>2</sup> praticamente tiraram a América Central dos noticiários da TV, do rádio e dos jornais nos últimos meses. Mas a região continua cheia de conflitos. Na Guatemala houve eleições e um golpe militar<sup>3</sup>, e no Panamá o presidente Aristides Royo renunciou, pressionado pela Guarda Nacional<sup>4</sup>.

### **Uso de armas**

As eleições de março em El Salvador favoreceram a ultradireita e levaram à presidência o major Roberto d'Abuissou<sup>5</sup>, um líder de esquadrões da morte.

Esse resultado não era o preferido pelos Estados Unidos. Mas como a guerrilha continua avançando, o presidente Ronald Reagan<sup>6</sup> pediu ao Congresso norte-americano, no começo de agosto, que aprove mais uma ajuda militar para o Governo salvadorenho, agora no valor de 61 milhões de dólares. E não foi só isso. Em meados de agosto, o Senado dos Estados Unidos aprovou uma recomendação ao Governo para que empregue “todos os meios necessários, inclusive o uso de armas” contra as “atividades agressivas e subversivas” de Cuba na América Latina.

### **Dificuldades**

Dentro desse quadro, o Governo revolucionário da Nicarágua está enfrentando momentos particularmente difíceis.

Desde o começo de julho, o País tem sido atacado sistematicamente por grupos de contrarrevolucionários, ligados à ditadura de Somoza<sup>7</sup>, que foi derrubada em 1979.

Os contrarrevolucionários são armados nos Estados Unidos e atacam a Nicarágua a partir de bases situadas no território de Honduras. A região atacada é a costa do Atlântico, no nordeste da Nicarágua, onde vivem os índios Misquitos, que têm se constituído no principal grupo de resistência interna ao Governo revolucionário. Durante os 40 anos da ditadura da família Somoza, esses índios, que vivem na região menos povoada da Nicarágua, foram longamente trabalhados por missionários protestantes norte-americanos. O resultado é que, além de seu idioma nativo, hoje eles só falam inglês. E a reação dos Misquitos contra a revolução sandinista começou justamente quando o novo Governo revolucionário mandou para a sua região professores que os alfabetizassem e lhes ensinassem a língua nacional, que é o espanhol.

Não bastando a proteção que dá aos grupos contrarrevolucionários somo-zistas, o governo de Honduras resolveu transformar o país em cabeça de ponte para que os Estados Unidos esmaguem os movimentos populares do resto da América Central, principalmente de El Salvador e da Nicarágua.

### **Propaganda**

Ao mesmo tempo em que são feitas intimidações, corre solta a propaganda contra o governo revolucionário sandinista.

No começo de agosto, o Papa João Paulo II mandou uma carta para o episcopado da Nicarágua, condenando a atitude dos cristãos que pretendem criar uma “Igreja Popular”, à margem da autoridade dos bispos.

É claro que os cristãos que querem essa “Igreja Popular” na Nicarágua são militantes da revolução sandinista. Mas, na carta, o Papa teve o cuidado de só tratar do conflito que existe dentro da Igreja nicaraguense. Em nenhuma parte ele faz a menor reprovação à revolução sandinista. Mesmo assim, bastou a existência da carta para que a imprensa conservadora do continente a interpretasse como condenação da revolução.

E, para piorar a situação, o Governo da Nicarágua cometeu o erro de, num primeiro momento, proibir a divulgação da carta do Papa. Depois voltou atrás. Mas o erro já estava feito e isso bastou para a propaganda contrarrevolucionária dar mais um passo em sua escalada. Agora ela diz que, na Nicarágua, existe perseguição religiosa e não há liberdade de imprensa.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, nº 11, 1982, p. 03. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. A Guerra das Malvinas é o nome pelo qual ficou conhecido o conflito armado entre Argentina e Reino Unido em 1982, na Ilha das Malvinas, Geórgia e Sandwich do Sul, um arquipélago localizado no Atlântico Sul. Em abril daquele ano, militares argentinos dominaram a ilha, reivindicando a propriedade do território como parte da Argentina, e o Reino Unido, tendo em seu governo Margareth Thatcher, enviou suas tropas para recobrar o local, colonizado no século XIX por este país. A guerra teve a duração de dois meses, e o Reino Unido reapropriou a Ilha como parte integrante de seu território. Na Argentina, no mês de julho, o ditador general Leopoldo Galtieri pede a renúncia do cargo. (N.E.)

2. A Guerra do Líbano teve início em junho de 1982, quando tropas israelenses adentram o Líbano com o intuito de expulsar a Organização Para Libertação da Palestina – OLP, que estava na capital do país, Beirute. (N.E.)

3. Em março de 1982, um grupo do Exército da Guatemala depôs o presidente Romeo Lucas García através de um golpe de Estado. O general Efraim Rios Montt, que havia perdido as eleições presidenciais em 1974, assumiu o poder, tornando-se o novo chefe de Estado. (N.E.)

4. Aristides Royo (1940-), ex-presidente do Panamá, renunciou ao cargo em 31 de julho de 1982, deixando-o para o vice Ricardo de La Espriella. (N.E.)

5. Roberto d’Aubuisson (1943-1992), major do Exército de El Salvador, fundador e um dos principais líderes do partido ARENA – Aliança Republicana Nacionalista, institucionalizado em 1981. Em 1982, era candidato para eleições indiretas, concorrendo com Álvaro Alfredo Magaña Borja, eleito pela maioria dos votos. (N.E.)

6. Ronald Wilson Reagan (1911-2004), ator e político norte americano, foi presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989, candidato pelo Partido Republicano. (N.E.)

7. Anastasio Somoza Debayle (1925-1956), foi eleito presidente da Nicarágua em 1936, permanecendo no poder durante 20 anos. Em 1956 o político foi assassinado, sendo sucedido por seu filhos até 1979, quando ocorre a Revolução Sandinista na Nicarágua, que põe fim à ditadura somozista. (N.E.)

## b) QUEM ATACA A NICARÁGUA - 1983

*O governo de Reagan usa tudo para destruir os sandinistas*

Nos últimos dias de março, grupos contrarrevolucionários começaram a realizar ações armadas dentro do território da Nicarágua. Os “contras”, como esses grupos são chamados pelo povo nicaraguense, entraram no país pelo norte, vindos do território de Honduras. A maioria das ações ficou mesmo na região da fronteira, mas uma delas foi realizada na área da cidade de Matagalpa, que fica só a uns 100 quilômetros da capital, Manágua.

### **Guerra dos EUA**

Esses ataques, na realidade, são mais uma etapa da guerra imperialista que o governo dos Estados Unidos está fazendo contra os povos da América Central. A etapa atual da guerra foi decidida pela alta cúpula da Casa Branca, em abril do ano passado. Naquela época, a política norte-americana em El Salvador tinha acabado de sofrer uma séria derrota. A ultradireita tinha vendido as eleições. Ronald Reagan teria preferido a vitória de correntes de direita mais moderadas. Ele acreditava que essas correntes poderiam tirar as bases da guerrilha através da aplicação de uma série de reformas sociais. Mas, com a vitória da ultradireita, os norte-americanos precisavam rever seus planos para a América Central. E, na revisão, foi decidido que o governo dos Estados Unidos, através da CIA (a famigerada Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos), daria dinheiro, armas e treinamento para os grupos nicaraguenses dispostos a lutar contra o governo sandinista.

### **Dois grupos**

Os grupos antissandinistas são dois.

O mais ativo, atualmente, e certamente o mais forte, é a chamada Frente Democrática Nicaraguense (FDN)<sup>1</sup>. O núcleo principal e também a maior parte dos contingentes armados da FDN foram formados por elementos da antiga Guarda Sandinista em 1979. Mas como a Guarda Nacional era impopular demais, a FDN colocou na sua direção 5 empresários e profissionais liberais menos comprometidos com o antigo ditador, ao lado de três ex-oficiais somozistas.

O outro grupo antissandinista é a chamada Aliança Revolucionária Democrática (ARDE).

É liderada pelo empresário Alfonso Robelo, que fez parte da Junta de Governo que assumiu logo depois da queda de Somoza, e por Edén Pastora, também conhecido como Comandante Zero, que chefiava um dos grupos da Frente Sandinista durante a guerra contra a ditadura.

Os dois romperam com o Governo sandinista e até recentemente declaravam que jamais se aliarão a antigos membros da Guarda Nacional. Mas, nos últimos tempos, a FDN tem feito um esforço muito grande para atraí-los para um acordo de colaboração mútua. A ARDE tem uma emissora de rádio clandestina, como também tem a FDN.

## O Congresso

Um dos maiores obstáculos que o governo de Reagan está ameaçado de encontrar pela frente, nessa guerra contra a Nicarágua, é o Congresso dos Estados Unidos.

Para conseguir a primeira verba de 19 milhões de dólares para armar os “contras”, em abril do ano passado, Reagan disse aos senadores e deputados que o dinheiro era para realizar ações que impediriam a Nicarágua de fornecer armas à guerrilha de El Salvador.

Querendo garantir que o dinheiro seria mesmo usado só para isso, os senadores e deputados só aprovaram a verba naquela época com a condição de ela não ser usada para desestabilizar o governo sandinista da Nicarágua.

Mas agora eles estão descobrindo que Reagan não só mentiu para o Congresso e desrespeitou uma condição imposta por ele, como também já mandou para os “contras” mais uma verba de 11 milhões de dólares. Por isso, já tem deputados e senadores nos Estados Unidos tentando criar dificuldades para Ronald Reagan continuar com sua política de escalada militar na América Central.

## Interferência

No campo de batalha, os “contras” conseguiram um grande avanço ao conseguir estabelecer algumas bases no norte da Nicarágua, junto da fronteira com Honduras. Mas ainda estão longe de representar uma ameaça real para o governo sandinista.

A imprensa conservadora dos Estados Unidos tem até falado que os sandinistas estão exagerando quando denunciam uma invasão da Nicarágua por agentes da CIA<sup>2</sup>. Certamente pode-se dizer que há exagero no sentido de que os “contras” ainda não têm propriamente um controle sobre qualquer pedaço do país.

Mas, por outro lado, não há exagero, nem dá para ter, na denúncia de que se trata de uma interferência militar dos Estados Unidos na Nicarágua.

**Fonte:** *Jornal dos Trabalhadores*, nº 21, 1983, p. 02. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. Fuerza Democratica Nicaraguense – FDN, aglutinado em 1981, tinha o general Henrique Bermúdez Varela como um dos principais líderes do movimento dos chamados “contras”. (N.E.)

2. Central Intelligence Agency – CIA, criada em 1947 durante a gestão do então presidente Harry Truman (1945-1953), com objetivo de atuar como uma agência de inteligência civil relacionada à segurança nacional para os Estados Unidos. (N.E.)

## c) REPÚDIO À GUERRA CONTRA A NICARÁGUA - 1984

No próximo dia 10 de abril, uma delegação de personalidades europeias e latino-americanas, representando uma iniciativa de mais de 500 políticos, intelectuais e artistas reunidos em Paris, em 18-19 de dezembro de 1983, na “Conferência Europeia de Solidariedade à Nicarágua, aos Povos da América Central e pela Paz”, deverá entrevistar-se com o Secretário Geral da ONU, Perez de Cuellar, e com o presidente da Câmara de Deputados dos EUA, deputado T. O’Neill, para exigir o fim das agressões contra a Nicarágua.

Nesta delegação, encontrava-se o escritor colombiano Gabriel García Márquez<sup>1</sup>, que teve seu visto recusado pela Chancelaria norte-americana.

O III Encontro Nacional do PT<sup>2</sup> expressa sua solidariedade à Nicarágua e aos povos da América Central neste grave momento em que esta nação tem sua soberania atacada econômica, diplomática e militarmente pela Administração Reagan, que arma e sustenta a contrarrevolução que bombardeia cidades, destrói colheitas e mina os portos nicaraguenses. Impedindo, com isso, que navios estrangeiros transportem mercadorias para a Nicarágua que, bloqueada, fica sem condições de abastecer-se de produtos essenciais. Nós, do Partido dos Trabalhadores, que também lutamos por uma sociedade sem explorados nem exploradores, temos apoiado todas as iniciativas que visam a garantir a autodeterminação do povo nicaraguense e centro-americano, ao mesmo tempo em que desenvolvemos uma campanha sistemática de solidariedade ao povo nicaraguense e o legítimo governo da FSLN.

O III Encontro Nacional repudia o ato de arbítrio contra Gabriel García Márquez, ao mesmo tempo em que, solidarizando-se com a delegação, leva seu apoio aos nicaraguenses e dirige-se ao povo norte-americano para que freie a sanha imperialista de Reagan contra a Nicarágua e a América Central.

VIVA A NICARÁGUA E A REVOLUÇÃO NICARAGUENSE!

III ENCONTRO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

08 de abril de 1984

Moção do III Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1984.

**Fonte:** III Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1984. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Forma e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

## NOTAS

1. Gabriel García Márquez (1927-2014), escritor e jornalista, ícone do denominado realismo mágico na literatura latino-americana. (N.E.)
2. O III Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores foi realizado entre 6 e 8 de abril no Pampas Hotel Palace, em São Bernardo do Campo, em 1984. (N.E.)

## d) UM GOSTO DE REVOLUÇÃO - 1985

Carlos Antunes<sup>1</sup>

*Depoimentos dos médicos e enfermeiros petistas que partiram para a Nicarágua*

Companheiros do PT vindos de diversas partes do país partiram há pouco mais de um ano rumo à Nicarágua, com a missão de trabalhar por um período mínimo de dois anos. Eram médicos e enfermeiros que atendiam a uma decisão do Partido e à solicitação do governo Sandinista (FSLN), que requisitava profissionais da área de saúde.

Passados 14 meses de trabalho em regiões como Esteli, Inigalpe, Siúna, Manágua, podemos nos orgulhar de nossos companheiros que se entregam à tarefa de consolidar a Revolução Sandinista numa área tão carente e prioritária, que é a saúde.

Da ida dos companheiros... Estávamos em setembro de 84.

Era nossa primeira Brigada Profissional Internacional. Durante semanas, os militantes foram preparados com uma verdadeira enxurrada de informações da Nicarágua, seus planos na área de saúde, as duras condições de trabalho, a importância política para o PT. Essa Brigada Profissional, disse Lula, representava um salto de qualidade na solidariedade internacional do PT, somando-se às inúmeras atividades internas do partido.

Outubro de 84: “O perigo maior é se houver uma invasão armada pelos Estados Unidos e, se houver, creio que vocês já devem estar sabendo que nós decidimos ficar, pois entendemos que é nessa hora que os nicaraguenses mais vão precisar de nossos serviços médicos.” Essa foi a primeira manifestação de nossos companheiros, que rapidamente se integraram ao trabalho e à vida naquele país, que sofre a agressão direta do imperialismo, mas mantém-se firme na tarefa de consolidar a Revolução.

São os próprios brigadistas que nos escrevem contando suas experiências:

### **Juigalpa, 15/10/84**

“Estou vivendo num quarto de pensão. Trabalho duro das 7 às 18 horas e à noite me ponho a ler e a escrever, como estou fazendo agora... Realmente, a situação aqui não está fácil. Eu não me espantei com a deficiência, graças à boa preparação que obtivemos aí... A alimentação está deveras escassa e insuficiente para todos, mas não me importo... Do Brasil, só ouço a Radiobrás AM, com propaganda do Hiperacid, contra má digestão e azia... Seguimos em frente *con el Frente*. Beijos.”

### **Siúna-Nica, 19/3/85**

“A coisa aqui tá naquele ritmo de ir no fundo do que se acredita. Começamos a trabalhar com as comunidades de Wani e Hormiguero. É um trabalho imenso que necessita ser feito em condições precárias; formação de conselhos populares de saúde, captação e treinamento de brigadistas de saúde da própria comunidade... tudo isso num clima de aprendizado constante pois nossa experiência não é muita

e o estudo dos Planos de Saúde Nica tem que ser uma constante, coisa que é estimulante pois é incrível a gente trabalhar com apoio oficial e não contra o sistema como é o caso do Brasil... Chuta cachorro, afasta familiares e amigos, traz água com gelo, álcool... cadê o álcool? – Acho que está na central de Equipo, *doctor*. Meia hora depois aparece o álcool como se fosse raridade. E estuda daqui, pesquisa dali, toma opinião dos outros médicos, que a esta altura são três na convivência solidária, tanto na vida como nos pepinos e morte. E nada de baixar a temperatura. Quem baixa é toda a família, da casa pro hospital, afinal o Rubem tá com 41° de temperatura y *mui malo de salud*... É, hoje é sábado e saio do hospital meio que fugindo de toda a rotina e vou pruma festa no Joes Bar, promoção da Juventude Sandinista, coisa quente e de vanguarda... Amanhã, por exemplo, vou percorrer 17 quilômetros que me separam de Hormiguero pra pesar e medir 350 barrigudinhos chavacos de 10 anos de idade... Dá gosto de ver aquela piazada, de pé no chão, cara suja, cabelo duro, cara redonda que lembra um pouco o nortista, mas todos com seus pratinhos de arroz, feijão, ovo, sopa, *fresco* e salada, refeição de primeira, frente à realidade local. A gente sabe que esta é a melhor medida de saúde para um povo, ou seja, garantir comida, prevenir a enfermidade, no entanto é preciso uma prova correta de crescimentos, acompanhamento que mostre as diferenças entre os guris que participam do programa e a média geral de desnutrição... coisa bonita de ser transada, cansativa no seu dia-a-dia, às vezes sacal, pois tudo é muito primitivo, inovador, empaca na desorganização, falta de experiência dos próprios organismos de massa; mas fundamentalmente deixa a gente com aquele gostinho de revolução, transformação, sabendo que coisas como estão só acontecem onde se muda o poder realmente, onde o controle efetivo do Estado é exercido pelos trabalhadores camponeses que pertencem àquela comunidade... Queria muito estar aí, amanhã dia 20, na chegada do Daniel Ortega<sup>2</sup>, nem que fosse pra estar um dia no Brasil e voltar para cá... Bem, *compas*, fico por aqui, que tem 15 chavacos me esperando e uma reunião com auxiliares de saúde, que vão trabalhar nas comunidades... Deixo um forte abraço, na esperança de receber comunicação breve... Nos vemos.”

## Terras Nicas, 19/10/85

“...a terra de Sandino está passando por uma de suas fases mais críticas, principalmente na área econômica... Sente-se cada vez mais o desgaste proporcionado pela guerra, o relativo cansaço de um povo que luta contra o gigante do norte, cada vez mais agressivo e louco. Os fartos milhões de dólares aprovados para a contrarrevolução interna e externa converteram-se nos milhões de dólares de déficit no desenvolvimento nicaraguense, nas mortes de um povo humilde que luta por sua liberdade, no sofrimento das mães cujos filhos estão no SMP (Serviço Militar Patriótico) e na própria morte, pois outro dia, perto de Molukuku, emboscaram um caminhão que levava várias *madres* a visitar seus filhos, matando 8 delas e ferindo uma quantidade enorme de gente... E, mais do que nunca, sinto que a necessidade de sobrevivência desta terrinha pobre significa a nossa sobrevivência enquanto América Latina independente e soberana. Sinto também que a luta pelo não pagamento da dívida externa, uma nova ordem econômica internacional e a formação de um bloco de devedores é fundamental para a nossa sobrevivência, libertação parcial e

alteração do desequilíbrio e dependência em relação “aos do Norte”, cujo capitalismo está morrendo, e na agonia quem sofre mais somos nós... Estou terminando um documento acerca da região de Saiúna e Zelaya Norte, aspectos sócio-econômicos, e da área de saúde mais especificamente. Logo que termine, pretendo enviar uma cópia para vocês aí... servindo de orientação também para futuros companheiros que venham para cá... Deixo um forte abraço a todos...”

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 15, dez. 1985, p. 12. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. No contexto, membro da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)
2. José Daniel Ortega Saavedra (1945-), comandante militar e político nicaraguense, participou do processo da revolução sandinista por meio da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que depôs o ditador Anastasio Somoza Debayle. Foi eleito presidente em 1985, permanecendo até 1990. Foi eleito novamente em 2006, e reeleito em 2011 e novamente em 2016. (N.E.)

## e) NICARÁGUA 86 - 1986

*Relato especial para o BOLETIM NACIONAL, do nosso companheiro Marco Piva, que acaba de voltar da Nicarágua*

Quando me perguntam se haverá realmente uma invasão norte-americana na Nicarágua, eu simplesmente respondo que essa invasão já começou a partir do momento em que o povo nicaraguense decidiu ser livre. Não são necessárias tropas norte-americanas para constatar que o presidente Ronald Reagan pratica uma das mais covardes ações contra a soberania da América Latina ao querer destruir a Revolução Popular Sandinista, que é tão nossa quanto de nossos irmãos nicaraguenses.

A luta, portanto, é entre o pequeno Davi e o gigante Golias, para citar uma passagem bíblica de profunda atualidade.

E o pequeno Davi não passa de um país de pouco mais de 135 mil quilômetros quadrados e menos de três milhões de habitantes, o que equivaleria à metade do estado de São Paulo e praticamente à população do bairro de São Miguel Paulista, na periferia da capital. Os nicaraguenses produzem principalmente açúcar, café e algodão. Quase tudo aquilo que se refere a produtos manufaturados de consumo durável (geladeira, TV, rádio, carro etc.) tem de ser importado. Essa situação de subdesenvolvimento mostra ainda o “interesse” que os Estados Unidos tinham pela Nicarágua e o papel que ela lhe correspondia no plano global da dominação imperialista. O terremoto de 1972, que praticamente engoliu Manágua, matando cerca de 20 mil pessoas, veio somar-se à tragédia maior que era viver sob uma ditadura.

### **O poder de fato nas mãos das classes populares**

O atraso econômico e a injustiça social dela resultante poderiam ser superados com a ascensão ao poder de um governo comprometido com a transformação radical da sociedade. Esse é o caso da Nicarágua, que explica, inclusive, o atual comportamento agressivo da Casa Branca.

Se considerarmos apenas o fator força, efetivamente a Nicarágua estaria condenada na guerra que lhe declarou os Estados Unidos. Porém, devemos analisar outros fatores que, creio, jogam um papel fundamental para manter a Revolução Sandinista e fazê-la avançar dentro da atual conjuntura internacional.

O processo que desembocou na vitória sobre a ditadura somozista não foi fruto do acaso. Obedeceu a um determinado momento que propiciou o avanço das forças populares e democráticas e sua hegemonia no amplo leque dos setores sociais que promulgavam pela saída de Somoza. A burguesia oposicionista participou da luta ao lado da Frente Sandinista não porque desejava a mudança estrutural da sociedade, mas porque queria garantir uma transição conservadora que assegurasse a continuidade do sistema de exploração sob nova cara. O apoio popular à proposta revolucionária da FSLN<sup>1</sup> dissipou o sonho da burguesia...

### **Sem “transição de cartilha”**

O programa revolucionário deve ser entendido no contexto em que se de-

senolve a própria sociedade nicaraguense. Por isso, os sandinistas são avessos a qualquer “transição de cartilha”. Se não fosse assim, bastaria decretar o socialismo e tudo estaria resolvido. Os três pontos principais do governo revolucionário são o não-alinhamento internacional, a economia mista e o pluralismo político. Eu diria que é um programa efetivamente revolucionário se tomamos em conta o panorama existente na América Latina e principalmente que o poder está de fato nas mãos das classes populares, os poderes político e militar.

## **Em defesa de um processo revolucionário**

É uma questão de garantir, antes de tudo, a defesa de um processo revolucionário situado numa região estratégica para o imperialismo norte-americano. Portanto, a questão hoje não é discutir se os sandinistas estão corretos ao aplicar esses princípios, mas sim reforçar a luta contra a agressão imperialista na região e especialmente na Nicarágua.

Desta forma, estaremos colaborando de uma maneira concreta para o avanço dos movimentos revolucionários no continente. Esta deve ser a resposta mais lógica das forças revolucionárias, populares e democráticas no atual momento. Aumentar a solidariedade com a Nicarágua significa potenciar a nossa proposta de transformação social.

A tendência do governo norte-americano é seguir agredindo e boicotando economicamente a Revolução Sandinista. Nesse contexto, devemos entender também a importância da ajuda do bloco socialista aos revolucionários nicaraguenses através de linhas de crédito e transferência de tecnologia, que são fundamentais para a sobrevivência econômica do país e seu posterior desenvolvimento. A colaboração dos países do leste europeu e de Cuba advém de acordos sem condições prévias, o que é muito diferente da “ajuda” dos países industrializados do Ocidente. Que moral têm os Estados Unidos para criticar a ajuda do bloco socialista à Nicarágua quando, além de implementarem um bloqueio econômico contra esse país, ainda impõem uma política neocolonialista ao Terceiro Mundo através da dívida externa? O bloco socialista é um aliado estratégico dos movimentos, povos e governos que lutam pelo progresso e a paz mundial.

O próprio Pentágono admitiu recentemente que a “contra” não tem possibilidade alguma de derrotar militarmente o governo sandinista. O presidente Ronald Reagan está entrando na fase final do seu último mandato e não se tem certeza da reeleição de um candidato de extrema-direita que continue sua obra maligna. Objetivamente, lhe restariam três alternativas: a invasão direta, a negociação ou um acordo com o próximo governo americano para o prosseguimento do assédio econômico contra a Nicarágua. A primeira alternativa implica custo político internacional com que, hoje, os Estados Unidos não teriam condições de arcar, embora, nas mentes extremistas da Casa Branca, pouco valha a opinião pública mundial. Por outro lado, haveria um custo interno que poderia ser fatal para a atual linha política do Partido Republicano. Isso sem contar que uma invasão direta teria de recorrer a um massacre maciço da população nicaraguense, o que de modo algum garantiria a vitória americana. A segunda possibilidade já foi descartada recentemente como parte da política de bravata da administração Reagan, embora diante da realidade muita coisa

possa mudar. A última hipótese dependeria em parte das próximas eleições presidenciais, mas as últimas atitudes do Congresso americano de apoio aos “contra” me levam a crer que os Estados Unidos ainda prosseguirão por um bom tempo tentando sufocar economicamente a Nicarágua para criar um clima interno insuportável que obrigue a Revolução a negociar ou com os “contras” ou pelo menos com a oposição legal encabeçada pelo cardeal-arcebispo de Manágua, dom Miguel Obando y Bravo<sup>2</sup>. Nesse sentido, é que as forças reacionárias que atuam livremente no país vêm insistindo tanto com a questão do “diálogo” e da “reconciliação” para alcançar a “paz tão desejada”. Os dirigentes sandinistas já disseram que “não negociam com o cão, mas com seu dono”.

## A Revolução é um processo irreversível

Portanto, a perspectiva aponta na direção da continuidade do conflito militar, com boas chances de uma vitória sandinista até o final de 1987.

A economia nacional deverá ter neste ano uma ligeira recuperação em função da assinatura, em dezembro de 1985, do primeiro acordo efetivo da Nicarágua com o Mercado Comum dos países socialistas. A ajuda do bloco socialista até agora tinha sido conjuntural, pois a vitória da Revolução Sandinista se deu quando o quinquênio 80-85 já estava planejado. O fortalecimento do poder político é inconteste em função da reestruturação das organizações de massa e da própria derrota da “contra”. Essa situação mostra uma realidade: a Revolução Sandinista, como todo processo popular, é irreversível.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº15, jan/fev.1986, p. 16. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. A Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN foi fundada em 1960 no intuito de fazer oposição ao regime ditatorial da família Somoza que estava no poder desde 1936. O nome remete à Augusto César Sandino, que lutou contra a presença estadunidense no território da Nicarágua, assassinado em 1934. Em 1979, a FSLN derruba o ditador Anastasio Somoza Debayle e dá início ao que ficou conhecido como Revolução Nicaraguense. (N.E.)
2. Miguel Obando y Bravo (1926-), cardeal nicaraguense, era opositor de Daniel Ortega na década de 1980, no contexto da revolução sandinista. (N.E.)

## f) VIAGEM À OUTRA ALEMANHA - 1986

Paulo O. Azevedo<sup>1</sup>

*O companheiro Paulo Azevedo volta de sua primeira visita a um país socialista com uma certeza: “Erros e equívocos podem existir, mas os benefícios para os trabalhadores são imensos”.*

Após a Segunda Guerra Mundial e com a derrota do nazismo, a Alemanha ficou dividida em dois grandes blocos políticos. Um deles, o que havia ficado sob controle das tropas americanas, inglesas e francesas, é hoje uma das grandes potências do mundo capitalista: a República Federal Alemã – RFA ou Alemanha Ocidental. O outro, que estava sob controle das tropas soviéticas, deu origem ao que é hoje a República Democrática Alemã — RDA ou Alemanha Oriental.

Aqui no Brasil existe um grande conhecimento sobre a Alemanha Ocidental, seus avanços tecnológicos, sua indústria automobilística etc. O objetivo destas linhas é dizer o que vi pessoalmente numa recente visita à Alemanha Oriental com alguns companheiros do PT – Lula e Weffort<sup>2</sup> –, a convite das autoridades desse país.

A Alemanha Oriental foi fundada em 7 de outubro de 1949. A economia baseia-se na propriedade socialista dos meios de produção. Sua população é de 17 milhões de habitantes, sendo 53% do sexo feminino e 47% do sexo masculino. A média de vida entre os homens é de 69 anos e para as mulheres é de 75 anos.

### **Nível de vida**

O menor salário na RDA é de 500 marcos (mais de Cz\$ 2.500,00), e o maior corresponde a, no máximo, seis vezes esta quantia.

De acordo com planejamento feito pelo Estado, a questão habitacional como problema social estará resolvida até o ano de 1990. Cada cidadão gasta até 5% do seu salário com habitação. Todas as habitações possuem água encanada, eletricidade, gás e instalações sanitárias.

No final de 1984, de cada 100 famílias, 43 possuíam carros próprios, 99 tinham geladeiras, 90 tinham máquinas de lavar roupa e 93 possuíam aparelhos de TV.

### **Ensino**

A formação numa escola de ensino geral e politécnico de 10 anos faz parte, desde 1965, dos direitos e dos deveres fundamentais de todas as crianças.

Em 1984, mais de 40% dos 8,5 milhões de trabalhadores já tinham concluído esta via obrigatória de ensino. Mais de 80% dos trabalhadores tinham concluído uma formação profissional, entre os quais 8,5% concluíram o ensino superior; 15,3% o ensino técnico médio, 4,6% tinham concluído a qualificação como mestre, 71,6% tinham concluído a formação como operário especializado.

São garantidos a todos os alunos uma refeição e o leite.

## Cultura e arte

Em 1984, publicaram-se 6.390 títulos de livros com uma tiragem total de 141 milhões de exemplares, bem como 19 milhões de discos e cassetes. Mais de 16 milhões de pessoas assistiram às mais variadas peças nos 195 teatros existentes no país. Nos 824 cinemas da RDA, houve 73,4 milhões de espectadores. Os 664 museus receberam a visita de 32 milhões de cidadãos.

## Lazer

Os serviços de férias dos sindicatos em 1984 atenderam à solicitação de mais de 5 milhões de viagens dos trabalhadores. Nas casas de férias de sindicato, os veranistas pagam apenas 28% dos custos de sua estadia.

Além das casas de férias dos sindicatos, os trabalhadores podem utilizar um dos 527 campos de lazer (campismo).

Os estudantes têm possibilidades, durante suas 8 semanas de férias de verão, de participar das atividades programadas pelo Estado. Existem hoje 17 hotéis mantidos pelo Estado para atender à juventude que está em férias.

## Saúde

Os gastos do Estado com o Ministério da Saúde foram, em 1984, em torno de 11,6 bilhões de marcos. A contribuição obrigatória para a Previdência Social não sofreu alterações desde a fundação da RDA. Essa contribuição é no máximo de 60 marcos por mês, ou seja, 12% do menor salário vigente.

Para o beneficiário da Previdência, e para os seus familiares que não exercem uma profissão, há assistência médica, remédios e todos os tratamentos, incluindo internamentos, gratuitamente. O mesmo é válido para a aquisição de óculos receitados pelo médico e para prótese da medicina dentária ou ortopédica.

Estas são algumas observações que considero importantes, sob o ponto de vista de um trabalhador.

Foi o primeiro país socialista que tive a oportunidade de visitar. E de uma coisa tenho certeza: lá não existem fome, miséria, desemprego. Foram solucionados problemas como ensino e saúde para todos, e gratuitamente.

Erros e equívocos podem existir. Mas os benefícios para os trabalhadores são imensos.

No fim, uma convicção: nós, trabalhadores, necessitamos conhecer melhor esse desconhecido mundo do socialismo.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 17, março de 1986, p. 16. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. No contexto, membro da Comissão Executiva Nacional. (N.E.)

2. Francisco Correia Weffort (1937-), cientista político. No contexto, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)

## g) CUBA - 1987

*Um país que traçou seu próprio caminho. Um caminho “do povo, de operários, de camponeses, de Justiça”, como definiu Fidel Castro.*

Há pouco mais de um ano, o Brasil reatou as relações diplomáticas com Cuba, rompidas em 1964, logo após o golpe militar<sup>1</sup>. Essa ruptura foi uma das primeiras medidas da ditadura. É óbvio que não interessava a um governo autoritário deixar visível a qualquer brasileiro o exemplo de um país latino-americano o qual, depois de muita luta, libertou-se do jugo imperialista para traçar seu próprio caminho. Um caminho “do povo, de operários, de camponeses, de Justiça”, como definiu Fidel Castro<sup>2</sup>. E, por isso mesmo, um caminho cheio de obstáculos, de sanções de todo tipo e do bloqueio econômico e político imposto pelos EUA e seus aliados, o que persiste até hoje.

Sabotadores, contrarrevolucionários, infiltração de armas e de agentes povoavam Cuba quando, em 1959, a revolução derrubou a ditadura de Fulgencio Batista<sup>3</sup>. Mas a ilha, atualmente com 10 milhões de habitantes, foi, aos poucos, superando as dificuldades. Para conseguir enfrentar – e vencer – os inimigos e, ao mesmo tempo, organizar a sociedade dentro de novos moldes, a população, juntamente com seus líderes, lançou mão de uma tática simples e extremamente eficaz. Compreendeu, muito cedo, que era preciso manter o povo no centro do poder: “Estamos convencidos de que, na medida em que as massas participem dos assuntos do Estado, se tornará mais efetiva a luta contra toda a manifestação de burocratismo, estarão melhor atendidas as necessidades da população e da comunidade e o Estado revolucionário será mais forte, mais democrático, mais sólido”, afirmaria Raúl Castro<sup>4</sup> em 1974.

Assim, por meio dos órgãos de poder popular, as massas sempre tiveram uma participação direta na gestão estatal. Desta forma, o centralismo burocrático, presente nos primeiros momentos da Revolução, pôde ser rapidamente substituído pelo “centralismo democrático”. Dentro deste esquema, a base elege aqueles que vão cumprir funções no aparelho estatal nos diversos níveis da vida nacional. A base cobra dos delegados eleitos prestação periódica de contas e essa mesma base pode revogar o mandato de seus delegados, caso não cumpram as devidas tarefas. A autoridade máxima não é o representante que foi eleito e sim o conjunto dos eleitores, pois são as massas que detêm e outorgam o poder.

### Quarteirão por quarteirão

Com a vitória da Revolução, surgiu a necessidade de se criarem organismos de vigilância coletiva e de participação popular. Dois anos após a tomada de poder, formaram-se as Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), compostas por militantes dos três grupos revolucionários então existentes: o Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário e o Partido Socialista Popular. Com o tempo, os ORI foram se transformando em organismos meramente burocráticos, distanciados das massas. Isso provoca um processo de depuração nos quadros das ORI, que, em 1965, deixam de existir e, no seu lugar, surge o Partido Unido da Revolução Socialista (PURS), dissolvido três anos mais tarde para que seja fundado o Partido Comunista Cubano (PCC).

Para consolidar a Revolução e garantir o exercício do poder pelas massas, foram criados, em 1960, os Comitês de Defesa da Revolução (CDRs), nas áreas urbanas, enquanto no campo apareciam sob a sigla ANAP (Associação Nacional de Agricultores Pequenos). Em cada quarteirão de todas as cidades e em cada comunidade rural, um comitê foi fundado, tendo como objetivo principal, além da vigilância, a divulgação e o apoio às propostas da Revolução.

Estas organizações, micropoderes diretamente ligados ao poder central, contam, cada uma delas, com um presidente, um vice, um secretário de organização e responsáveis por várias frentes – trabalhos ideológicos, voluntários, de educação e cultura, mobilização, saúde pública, poupança e vigilância. Eleitos pelos moradores do quarteirão para um mandato de dois anos e meio podem, no entanto, ser removidos a qualquer momento, após uma assembleia geral... Os filiados, maiores de 14 anos, contribuem com uma quantia máxima de 25 centavos por mês – o peso, a moeda corrente de Cuba, equivale a 80 centavos de dólar no câmbio oficial.

### **Do corte de cana à vacinação em massa**

As reuniões gerais dos membros dos CDRs e ANAPs ocorrem a cada dois meses, na rua ou na casa de um dos “cederistas”. Nelas são discutidos os problemas locais, documentos políticos, propostas econômicas ou os turnos de vigilância, medidas preventivas para evitar crimes, contravenções e abusos contra a propriedade social (as guardas antidelinquência vão das 11 da noite às duas da madrugada, e das duas às cinco, sendo o primeiro turno de responsabilidade de duas mulheres e o segundo, de um homem. Em esquema de rodízio, cada morador do quarteirão tem de fazer o seu turno apenas a cada dois ou três meses).

Cada Comitê possui, em geral, cerca de 120 filiados e, graças a essa imensa rede, é possível, por exemplo, vacinar todas as crianças de Cuba em duas horas. No caso de uma agressão externa, como a invasão da Baía dos Porcos, organizada e financiada pela CIA em 1961, o inimigo pode ser rechaçado rapidamente. Para proteger a Revolução, todo cubano aprende a manejar uma arma de fogo e participa, de tempos em tempos, dos “domingos de defesa”, treinando para enfrentar qualquer tipo de ameaça. No plano interno, os cederistas controlam campanhas maciças de vacinação, doação de sangue, poupança de matérias-primas e as mais variadas atividades culturais e desportivas. Organizam também as chamadas “Brigadas Clic!” – numa hora predeterminada, grupos de crianças vão entrando nas casas e, uma a uma, apagam todas as luzes que estiverem acesas inutilmente.

O trabalho voluntário é uma das principais preocupações dessas organizações, embora os sindicatos, nas fábricas, desempenhem um papel fundamental nas mobilizações mais importantes. A Revolução, historicamente, sempre se apoiou na rede de CDRs para realizar as grandes tarefas, como a campanha de erradicação do analfabetismo ou os esforços para se alcançar níveis recordes na colheita de cana e produção de açúcar. O resultado das diligências, bem como as discussões políticas e econômicas chegam aos cederistas através da revista *Con la guardia en alto*, algo assim como “Sempre alerta”, (palavra de ordem dos CDRs), editada mensalmente pelo Comitê Nacional.

## A estrutura eleitoral

Embora não tenha um vínculo formal com o PCC, os CDRs influem e decidem diretamente sobre o funcionamento e a política governamental. Isto se dá por meio de eleições de delegados em diversos graus, a partir dos comitês de cada quarteirão, até chegar à Assembleia Nacional (ver diagrama) da seguinte forma: a república está dividida em circunscrições eleitorais e os moradores de cada uma delas, maiores de 16 anos, elegem um delegado. Os CDRs, nas cidades, e as ANAPs, no campo, servem como núcleo de organização eleitoral e seleção de candidatos, que não precisam ser membros do PCC. Seis semanas antes das eleições, os candidatos são escolhidos, de forma direta entre os moradores daquela região. O número de candidatos aprovados pode variar entre quatro, nove, dez ou até mais, dependendo do consenso entre os eleitores. Feita a escolha, panfletos com uma biografia simples de cada um dos candidatos, acompanhada de uma foto, são afixados nos locais de maior afluência e distribuídos pelos núcleos de base. Assim, cada distrito, composto de diversos CDRs, elege, por maioria simples, um delegado municipal.

A vida de um delegado eleito não é fácil. Ele deve manter a sua rotina de trabalho e desempenhar suas novas funções políticas sem receber nenhum salário extra. Ele vai representar a comunidade na Assembleia Municipal de Poder Popular e estabelecer, com sua base, uma ligação efetiva, levando para o poder local o relatório da Assembleia, que é discutido com os moradores, em reuniões realizadas a cada três meses. Destes encontros sai um novo relatório, que será, por sua vez, levado de volta à Assembleia, numa contínua prestação de contas para as duas extremidades de poder.

Entre os 169 municípios existentes, são eleitos quase 11 mil delegados municipais, sendo que cada município deve ter entre 30 e 200 circunscrições eleitorais. Com um mandato de dois anos e meio, o delegado municipal tem, por seu turno, de eleger os 1.084 delegados para as 14 Assembleias Provinciais, escolher 455 deputados da Assembleia Nacional. Uma vez mais, as organizações de base, tendo à frente os CDRs e ANAPs, apresentam, juntamente com o PCC, as listas de candidatos a delegados provinciais e a deputados da Assembleia Nacional, que serão discutidas, revistas e ampliadas pelos delegados municipais. Desta forma fica garantido o acesso da população na escolha dos candidatos diretamente, ao apresentar as listas, e indiretamente, ao escolher, através dos delegados municipais, os nomes dos que irão compor a máxima autoridade estatal, com plena capacidade executiva.

Os CDRs, ANAPs, e outras organizações de base não são, portanto, meras correias de transmissão de pressões. Constituem, em si, centros vibrantes de debate que, se por um lado ajudam a consolidar o regime, por outro o fazem salientando as exigências democráticas do socialismo. A Revolução em Cuba não sufocou a forte tradição do recurso às associações de vários tipos, encontrando aí um aliado natural. Uma solução saudável, pois, segundo o sociólogo e deputado constituinte do PT Florestan Fernandes, “onde muitos se reúnem para discutir, opinar e decidir, o socialismo conta com uma impulsão democrática inexaurível e indestrutível”.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 25, fevereiro de 1987, p. 15-16. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. No contexto das relações diplomáticas do Brasil com Cuba, em 1959, após a Revolução Cubana, o governo brasileiro, sob a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), reconhece o governo revolucionário de Cuba. Em 1964, com a instauração da Ditadura Militar (1964-1985), o Brasil rompe as relações diplomáticas com aquele país. Em 1986, durante a gestão de José Sarney, os dois países restabelecem novamente a diplomacia. (N.E.)
2. Fidel Alejandro Castro Ruz (1926-2016), um dos líderes da Revolução Cubana realizada em 1959. Após a instauração do governo revolucionário, Castro assume como primeiro-ministro de Cuba até 1976. Neste ano, ocorre uma alteração na Constituição cubana, extinguindo o cargo de primeiro-ministro. São criados os cargos para presidente do Conselho de Estado e também para o de Conselho de Ministros. Fidel Castro assume então como presidente, permanecendo no cargo até 2006, quando se afasta por motivos de saúde, deixando o cargo para o vice, seu irmão Raúl Castro. (N.E.)
3. Fulgencio Batista (1901-1973), político cubano, assume a chefia das Forças Armadas de Cuba como presidente entre 1940-1944. Após esse período, Batista muda-se para os Estados Unidos, retornando para Cuba em 1948. Pouco antes das eleições de 1952, organiza um golpe de estado, instaurando a ditadura cubana. O General suspende a Constituição e revoga a liberdade de manifestação política do país. Em 1959, é deposto pelo Movimento 26 de Julho, do qual Fidel Castro fazia parte. (N.E.)
4. Raul Castro Ruz (1931-), político cubano, foi Ministro da Defesa em Cuba a partir de 1959, permanecendo até 2006, quando assume como presidente interino, na ocasião em que Fidel Castro se afasta do cargo. Tornou-se formalmente presidente eleito em 2008, sendo reeleito em 2013 por mais cinco anos. (N.E.)

## h) UM BASTA À CORRIDA ARMAMENTISTA - 1987

Luiz Eduardo Greenhalgh<sup>1</sup>

*Os governos do Pacto de Varsóvia<sup>2</sup> fazem propostas concretas e avançadas para acabar com o equilíbrio do terror, eliminando armas químicas e testes nucleares de imediato, e todas as armas de destruição massiva até o ano 2000.*

É inegável que com a ascensão de Gorbatchev<sup>3</sup> ao governo Soviético, os países socialistas consolidaram suas iniciativas na luta pela paz mundial, em cotejo com os países capitalistas, especialmente os EUA administrados por Ronald Reagan, o belicista.

Os socialistas defendem que o atual estágio de desenvolvimento no mundo, de mudanças nas relações internacionais, de crescente interdependência dos Estados, de progresso técnico-científico e dos armamentos de enorme poder destrutivo exigem uma nova e revolucionária abordagem sobre o binômio guerra-e-paz.

Durante anos, e até recentemente, tanto os países capitalistas quanto os socialistas adotavam a concepção denominada “dissuasão nuclear”, pela qual as armas nucleares seriam a própria garantia da segurança dos Estados, e portanto, da paz. Entretanto, o equilíbrio nuclear necessário vem-se fazendo em patamares cada vez mais elevados, o que permite concluir, com absoluta certeza, que numa eventual guerra nuclear não haverá vencedores. Só vencidos. Pela destruição de tudo. De todos.

Os países socialistas, em especial a República Democrática Alemã, há muito vêm se dedicando a encontrar fórmulas que, efetivamente, possam pôr fim à corrida armamentista.

É evidente que os socialistas têm mais interesse na paz que os países capitalistas, em destaque os EUA. E assim é por motivo muito simples: a economia socialista é planejada e destinada a resolver os problemas sociais da população em seu conjunto, e as vultosas somas de verbas que são deslocadas para os armamentos, ainda que defensivos, fazem falta significativa para o povo, rebaixando suas condições de vida e exigindo mais sacrifícios e trabalho.

Já nos países capitalistas, a guerra é vista como investimento que assegura bons lucros – no comércio de armamentos, por exemplo – e pode, numa eventual superioridade nuclear, ajudar os países mais desenvolvidos, (primeiramente os EUA e os outros do “clube dos ricos”) a exercer maior dominação e ampliar a submissão dos países em desenvolvimento, sacrificando ainda mais suas condições de vida e trabalho.

É por isso que a luta pela paz, hoje, ganha contornos sociais bem amplos. Dos comunistas e socialistas até os militantes da social-democracia, os democratas e liberais, passando pelos verdes, pelos sindicatos, entidades estudantis e pelas Igrejas.

Trata-se, portanto, de pôr termo à corrida armamentista e de passar às medidas concretas de desarmamento já, no campo nuclear, primeiro passo para o desarmamento amplo, completo e geral.

Isto exige a unificação dos esforços dos povos amantes da paz, uma confiança maior nas relações entre os Estados e Governos, sobretudo entre os que pertençam a sistemas políticos distintos.

A reunião do final de maio saudou a ampla troca de opiniões iniciada na ONU<sup>4</sup> acerca destas questões. Defendeu-se a continuação e o desenvolvimento do diálogo em todas as direções e a todos os níveis, no sentido de alcançar garantias materiais, político-legais e psicológico-morais que assegurem a paz, e a realização prática da segurança para todos.

## **Síntese das propostas do Pacto de Varsóvia<sup>5</sup>**

Concluir de imediato um acordo sobre a eliminação de todos os mísseis de médio alcance americanos e soviéticos na Europa.

Eliminar simultaneamente os mísseis tático-operacionais soviéticos e americanos na Europa e negociar sobre estes mísseis, que se encontram estacionados no Leste da União Soviética e no território dos EUA.

Resolver a questão das armas nucleares táticas na Europa, incluindo os mísseis táticos, através de negociações multilaterais.

Acordar uma redução radical das armas ofensivas estratégicas. Os Estados socialistas aliados advogam uma redução em 50% das armas ofensivas estratégicas da URSS e dos EUA, dentro de 5 anos, e negociações sobre as futuras reduções.

Proibir de forma absoluta as experiências com armas nucleares, como medida prioritária para por termo ao desenvolvimento, à produção e ao aperfeiçoamento das armas nucleares, para a sua redução e eliminação.

Não admitir armas no espaço cósmico, bem como concluir acordos sobre a proibição de sistemas antissatélites e de armas de classe “cosmos-terra”. O espaço cósmico tem de ser utilizado exclusivamente para fins pacíficos, dando vez à razão e para o bem de toda a humanidade.

Acordos concretos, bilaterais e multilaterais, que tenham o objetivo de eliminar as armas nucleares e outras armas de destruição massivas até o final deste século.

Os Estados socialistas estão a favor da eliminação, o mais rapidamente possível, das armas químicas. Confirmam a sua disposição de concluir, ainda este ano, a elaboração duma convenção internacional sobre a proibição da existência de tais armas, bem como da base industrial para a sua produção.

A diminuição da confrontação militar na Europa deve ser um processo ininterrupto, devendo ser garantido, em qualquer fase, um equilíbrio a um nível tão baixo quanto possível. Tomando em consideração a assimetria existente nas Forças Armadas de ambos os lados na Europa, surgida das condições histórico-geográficas e de outros fatores, eles declaram a sua disposição de, durante o decorrer do processo das reduções, eliminar o desequilíbrio existente em alguns elementos de modo a que o que estiver em vantagem faça as reduções correspondentes. O processo de redução das Forças Armadas e dos armamentos seria acompanhado por uma consequente diminuição dos gastos militares dos Estados.

Como configuração da sua boa vontade e no interesse de melhores condições para negociações futuras, os Estados Membros do Tratado de Varsóvia declararam-se dispostos a ser extremamente comedidos quanto ao desenvolvimento dos seus potenciais militares e, com base na reciprocidade, a não aumentar os contingentes das Forças Armadas e armamento. Apela aos países da Otan para que procedam da mesma forma.

Criação de zonas livres de armas nucleares e químicas nos Bálcãs, no Centro e no Norte do Continente.

Criação dum corredor desnuclearizado ao longo da linha divisória entre o Tratado de Varsóvia e a NATO, numa largura de 300 km (150 km de cada lado), retirando deste corredor, com base na reciprocidade, todas as armas nucleares, ou seja, munições nucleares, incluindo minas nucleares, mísseis tático-operacionais e táticos, artilharia nuclear, meios aéreos ofensivos táticos portadores de armas nucleares, como também complexos de mísseis anti-aéreos aptos para o emprego de armas nucleares.

A concretização do desarmamento garantida por sistema de controle efetivo que correspondesse ao teor das medidas e incluísse inspeções *in loco*. Devido ao fato de, na passagem para o desarmamento real, o controle se tornar um dos meios mais importantes para a garantia da segurança, os Estados Membros do Tratado de Varsóvia são a favor da elaboração, nesta questão, dum complexo de medidas mais rigorosas para controlar, em todas as fases, a redução de armamentos. O controle da redução das armas nucleares missilísticas tem de ser garantido seja onde for: nos locais de desmontagem e de destruição dos mísseis, nos polígonos e nas bases militares, também em terceiros países, nos centros de instrução, armazéns e empresas de produção tanto estatais como privadas.

A ampla colaboração no domínio humanitário para garantir o direito do Homem à vida e ao trabalho em paz e liberdade, para garantir a plena concretização dos direitos políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais no seu conjunto e na sua interdependência, tomando em conta o respeito pela soberania dos Estados.

Os Estados socialistas reafirmaram o seu empenho decidido por um amplo sistema de paz internacional e de segurança que deveria compreender tanto os domínios militar e político como os domínios econômico e humanitário. Isso compreenderia também a cooperação no campo da ecologia. Um tal sistema conduziria à edificação de um mundo livre de armas nucleares, no qual seria excluída a aplicação ou ameaça da força e se desenvolveriam relações entre os povos no espírito do respeito mútuo, da amizade e cooperação.

A iniciativa dos países socialistas está dirigida para a superação da atitude de confronto na abordagem dessas questões, pondo em prática normas de civismo e criando um ambiente de transparência, de franqueza e de confiança nas relações internacionais.

Participaram da reunião do Comitê Político dos Estados que integram o Tratado de Varsóvia, em Berlim, em maio passado: Erich Honecker (Secretário Geral do Comitê Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha Democrática), Mikhail Gorbachev (Secretário Geral do Comitê Central do Partido Comunista da URSS), Gustáv Husák (da Tchecoslováquia), Todor Jivkov (da Bulgária), Janos Kádár (da Hungria), Nicolse Ceausescu (da Romênia) e o general Jaruzelsky (da Polônia).

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 29, julho de 1987, pp. 08-09. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Luís Eduardo Rodrigues Greenhalgh (1948-), advogado e político brasileiro. Vice-prefeito

de São Paulo durante a gestão de Luíza Erundina entre 1989-1993 e também deputado federal entre 1990-1991; 1997-1999; 2001-2003; 2003-2007. No contexto, membro da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (N.E.)

2. O Pacto de Varsóvia foi uma aliança de apoio militar formada entre sete países do Leste Europeu em 1955. URSS, Romênia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Bulgária, Polônia e Hungria. O Acordo foi assinado na cidade de Varsóvia, na Polônia. A aliança surgia no contexto da Guerra Fria e da bipolaridade entre URSS e EUA. Este participava da Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte, criada em 1949, com o propósito de oferecer chancela militar e bélica para conter o avanço do socialismo. (N.E.)

3. Mikhail Gorbachev (1931-), político russo, último líder da União Soviética – URSS, entre 1985 e 1991. Dentre as principais medidas de seu governo, popularizaram-se a Glasnost e a Perestroika, representando a abertura política e econômica, respectivamente. (N.E.)

4. Organização das Nações Unidas - ONU, fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, substituindo a Liga das Nações no objetivo de manter a paz e promover a cooperação internacional. (N.E.)

5. O Pacto de Varsóvia foi uma aliança de apoio militar formada entre sete países do Leste Europeu em 1955. URSS, Romênia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Bulgária, Polônia e Hungria. O Acordo foi assinado na cidade de Varsóvia, na Polônia. A aliança surgia no contexto da Guerra Fria e da bipolaridade entre URSS e EUA. Este participava da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte, criada em 1949, que tinha como intuito conter o avanço do socialismo e comunismo, através do fornecimento de material bélico por parte de seus países membros (N.E.)

## i) NÃO AO MASSACRE DO POVO CHINÊS - 1989

O governo chinês acaba de condenar à morte três trabalhadores de Xangai, acusados de liderar manifestações de protesto ocorridas na cidade. São as primeiras condenações formais à pena capital na onda de repressão às mobilizações que exigiam a democratização do país<sup>1</sup>.

O governo chinês decretou guerra ao seu próprio povo. O autodenominado Exército Popular fez no final de semana de 2 a 4 de junho um banho de sangue que poucas vezes se viu na história. A China conta seus mortos, e os trabalhadores de todo o mundo olham estarrecidos a barbárie cometida, em nome do socialismo, pelos dirigentes chineses. O PT, que defende o socialismo com liberdade, não poderia se calar neste momento trágico, que obscurece a imagem do socialismo aos olhos dos trabalhadores de todo o mundo. Um comunicado oficial do governo, transmitido pela TV, dizia que o Exército acabou com uma tentativa de golpe contrarrevolucionário, comandada por bandidos. A mais sórdida mentira estava sendo contada pelos burocratas assassinos para esconder a verdade que as telas da TV mostraram a todo o mundo.

Contra tanques, metralhadoras e a infernal fuzilaria, os manifestantes da Praça da Paz Celestial e a população que foi às ruas para resistir ao massacre, defenderam-se até com as mãos nuas. Cantando o hino socialista *A Internacional*<sup>2</sup>, o povo desafiou os executores da Lei Marcial<sup>3</sup> e atirou na cara dos repressores a pecha de fascistas.

Desde o início, uma das exigências dos manifestantes e do povo chinês foi de que a verdade sobre a ocupação da Praça da Paz Celestial fosse dita. Eles rejeitaram a acusação do primeiro-ministro Li Peng<sup>4</sup> de que queriam o fim do socialismo. Exigem liberdade, democracia e o fim da corrupção imposta pelos dirigentes do partido único.

O socialismo existe para libertar os trabalhadores e o povo da exploração e das injustiças. Não é socialismo verdadeiro aquilo que pretende apoiar-se sobre a tirania, sobre a paz dos cemitérios.

Tem inteira razão um homem que disse a um correspondente, em meio ao banho de sangue: “Por favor, digam ao mundo o que o Exército fez. Ele já não merece ser chamado de Exército Popular, é o Exército só de algumas famílias”. Os Deng Xiaoping<sup>5</sup>, os Li Peng e algumas famílias de burocratas privilegiados, que mancharam de sangue o socialismo com a matança de milhares, não vão conseguir matar a esperança e a luta de todo um povo. A liberdade vencerá. O sangue da Praça da Paz Celestial será limpo pelo próprio povo.

Neste VI Encontro Nacional, dedicado aos estudantes e trabalhadores chineses, o PT, comprometido com a luta pela democracia socialista, engaja-se integralmente na campanha do movimento internacional de solidariedade ao povo chinês e às vítimas da repressão burocrática. Conclama, nesse sentido, o movimento dos trabalhadores a se integrar na preparação de atos de protesto a serem realizados no dia 3 de julho, em todas as capitais do país.

Pela suspensão das execuções dos acusados de Xangai!

Pela anistia de todas as vítimas da repressão!

Pelo fim da Lei Marcial e da repressão ao movimento democrático!  
Liberdade de organização e manifestação ao povo chinês!  
Todos às manifestações de protesto do dia 3 de julho.

**Fonte:** Moção do VI Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1989. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

## NOTAS

1. Em abril de 1989, um grupo, formado em sua maioria por estudantes e trabalhadores, iniciou manifestações protestando contra medidas econômicas tomadas pelo governo chinês, gerido pelo Partido Comunista. No dia 4 de junho, a população se reúne na Praça da Paz Celestial, local em que o governo reprime brutalmente os manifestantes com tanques e armas de fogo, realizando um verdadeiro massacre da população. Esse episódio se tornou conhecido como o Massacre da Praça da Paz Celestial. (N.E.)
2. Composta por Eugène Pottier, um operário francês em 1871, *A Internacional* transformou-se no hino da União Soviética após a Revolução de 1917, permanecendo como hino oficial até 1944. (N.E.)
3. Em 20 de maio de 1989, diante dos protestos realizados pelos universitários, o governo chinês decreta a Lei Marcial, que restringia as liberdades políticas da população. (N.E.)
4. Li Peng (1928-), político chinês, primeiro-ministro do governo chinês entre 1988 a 1998. (N.E.)
5. Deng Xiaoping (1904 – 1997), político chinês, membro do Comitê Central do Partido Comunista Chinês, tornou-se um dos principais dirigentes políticos do país, implantando reformas econômicas baseado na economia de livre mercado, programa que se tornou conhecido por “As quatro modernizações”, nos setores agrícolas, industriais, tecnológicos e defesa nacional. Em 1989, autorizou a repressão aos manifestantes na Praça da Paz Celestial. (N.E.)

## j) APRENDENDO COM AS URNAS - 1989

*Votando livremente, o povo soviético foi implacável com os conservadores do PC. Na Polônia e Hungria, inicia-se uma experiência pluralista. A democracia dá novo impulso às reformas no Leste socialista.*

Igor Fuser<sup>1</sup>

“Ninguém apoia a Perestroika<sup>2</sup>, a não ser um punhado de intelectuais”, sentenciava, no final de fevereiro, ao regressar de uma viagem à URSS, o economista francês Guy Sorman<sup>3</sup>, festejado pela direita brasileira como um dos gurus do neoliberalismo. A afirmação, impregnada do pessimismo típico da maioria das análises feitas no Ocidente sobre os desafios da gestão Mikhail Gorbachev<sup>4</sup>, receberia um mês depois um desmentido demolidor: em 26 de março, na primeira eleição relativamente livre em 70 anos de regime comunista, milhões de soviéticos foram às urnas não só para manifestar seu apoio às reformas democratizantes, mas para enfatizar que desejam mudanças mais rápidas e mais profundas.

### A lição das urnas

“Meu país nunca mais será o mesmo”, comemorou o poeta Andrei Voznesensky<sup>5</sup>, diante do estrondoso resultado das urnas: uma derrota atordoante dos burocratas da ala conservadora do Partido Comunista, que tentam proteger seus privilégios colocando pedras no caminho das reformas. Por toda parte, candidatos independentes – membros ou não do partido, mas que correram por fora, contra a máquina do PC – levaram a melhor. Alguns caciques conseguiram mesmo a proeza de perder eleições que disputavam como candidatos únicos – de tão execrados pela população, tiveram seu nome riscado na cédula pela maioria dos eleitores, de modo a tornar necessária nova votação.

Na disputa mais importante, Boris Yeltsin<sup>6</sup>, afastado do Politburo por reclamar do ritmo moroso da Perestroika, massacrado nas urnas seu rival, o diretor da fábrica que produz limusines para os membros da *nomenklatura*, ao receber 89% dos votos para deputado por Moscou, no final de uma campanha que levou multidões às ruas da capital. Uma volta por cima ainda mais espetacular teve como protagonista o físico Andrei Sakharov<sup>7</sup>, o mais famoso dos antigos dissidentes, eleito deputado para o Congresso dos Deputados do Povo como representante da Academia de Ciências, depois de passar seis anos em exílio interno por defender os direitos humanos e criticar a aventura militar no Afeganistão.

### Pluralismo

O vento de mudanças que sacode a URSS sopra ainda mais forte em outros países do Leste Europeu. Na Hungria, o governo comunista, pioneiro na introdução de mecanismos de mercado na economia planificada, mostra-se disposto a abrir mão da viga mestra de seu sistema político – o monopólio do poder – com a introdução da liberdade partidária e de uma reforma constitucional que culminará com eleições

livres e competitivas em 1994. Na Polônia, o povo irá às urnas, agora em junho, para eleger um Senado recém-criado, numa disputa aberta aos candidatos da oposição, inclusive filiados ao sindicato independente Solidariedade, que recuperou em abril sua existência legal. “Este é o começo da estrada para a democracia parlamentar”, diz o acordo assinado pelas autoridades e pelas principais forças da oposição. Lech Walesa<sup>8</sup>, líder e símbolo do sindicalismo polonês, já admite concorrer à presidência da república pelo novo sistema, mas só em meados da década de 90. Na próxima eleição presidencial, pelo voto indireto, apoiará o atual homem-forte do país, Wojciech Jaruzelski<sup>9</sup>.

Estranha à primeira vista, essa convergência entre antigos inimigos se explica pela grave e prolongada crise que assola o bloco socialista. O padrão de vida cai a níveis de Terceiro Mundo, cresce a defasagem tecnológica perante o Ocidente e a escassez de alimentos e de bens de consumo faz lembrar os tempos duros da 2ª Guerra. Junto com os sonhos de uma geração de jovens que preferiam emigrar para os países capitalistas, a crise sepultou também a tese de que a estatização da propriedade é necessariamente pressuposto para o bem-estar dos trabalhadores.

“Está em jogo a sobrevivência da Polônia como país”, definiu Walesa, ao justificar o “compromisso histórico” com o governo que perseguiu o Solidariedade durante sete anos e pôs na cadeia seus melhores ativistas. Em troca de uma abertura política inimaginável meses atrás, os líderes do sindicato darão seu aval a um programa de modernização que poderá, num primeiro momento, jogar boa parte dos poloneses numa situação de penúria ainda maior. “Se tudo não passar de uma ilusão, voltaremos ao campo de batalha”, promete Walesa.

## **Incertezas**

O caso da Polônia mostra como são complexos e contraditórios os caminhos da liberalização política no Leste Europeu. As conquistas ainda são modestas. Na URSS, por exemplo, a liberdade partidária é um assunto tabu até mesmo para os mais fervorosos defensores da Glasnost<sup>10</sup>. Além disso, nada garante que, numa reviravolta, não se repitam tragédias como a da Tchecoslováquia em 1968, quando os tanques soviéticos invadiram Praga<sup>11</sup> – na realidade, a precursora das mudanças de hoje. De qualquer maneira, a nova primavera que se espalha pelo mundo comunista já pode contabilizar a seu favor o mérito de jogar na lata do lixo, de uma vez por todas, uma ideia que durante décadas teve força de dogma: a de que as liberdades democráticas não passam de direitos “burgueses”, a serem desprezados quando se chega ao poder. Socialismo – esta é a mensagem que a Glasnost envia aos povos do mundo inteiro neste final de século – não é, necessariamente, sinônimo de ditadura.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº44, maio/junho de 1989, p. 16. Acervo CSBH-FPA.

## **NOTAS**

1. Doutor em Ciência Política pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, atualmente é professor do curso de Relações Internacionais da UFABC. No contexto, jornalista da revista *Veja*. (N.E.)

2. Perestroika foi um conjunto de propostas para abertura econômica proposta por Mikhail Gorbachev em meados da década de 1980 na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A proposta da Perestroika era a descentralização e a liberalização econômica por meio da permissão de importação de produtos estrangeiros, liberação de comércio exterior, e a redução dos subsídios governamentais à economia, entre outras medidas. (N.E.)
3. Guy Sorman (1944-), professor, filósofo e economista, intelectual estudioso do liberalismo clássico. (N.E.)
4. Mikhail Gorbachev (1931-), político russo, último líder da União Soviética – URSS, entre 1985 e 1991. Dentre as principais medidas de seu governo, popularizaram-se a Glasnost e a Perestroika, representando a abertura política e econômica, respectivamente. (N.E.)
5. Andrei Voznesensky (1933-2010), poeta e escritor russo. (N.E.)
6. Boris Iéltsin (1931-2007), político russo. Em 1986, passa a pertencer ao Politburo, Comitê Central do Partido Comunista, saindo dele em 1987. Foi eleito deputado por Moscou, angariando a maioria dos votos. Também foi o primeiro presidente da Rússia por eleições diretas, no contexto da dissolução da União Soviética em 1991. Permaneceu chefe do Executivo até 1999. (N.E.)
7. Andrei Dmitrievich Sakharov (1921-1989), físico russo, em 1980 foi exilado na cidade de Gorky pelas críticas que fazia ao governo soviético sobre a violação dos direitos humanos, bem como os perigos da corrida armamentista e testes nucleares para a humanidade. Em 1989, foi eleito para o Congresso dos Deputados do Povo, parlamento criado em 1988 no bojo das reformas impulsionadas pela Perestroika. (N.E.)
8. O Solidariedade foi um sindicato independente polonês fundado no final de uma greve dos trabalhadores dos Estaleiros Lenin, em Gdansk, em agosto de 1980, liderada pelo electricista e ativista político Lech Walesa. Foi o primeiro movimento sindical não-comunista em um país comunista. Nos anos 1980, ao seu redor, constituiu um amplo movimento social conservador e anticomunista. Em agosto de 1990 formou-se uma coalizão política liderada pelo Solidariedade e em 9 de dezembro Walesa se tornou o primeiro presidente eleito da Polônia em 50 anos. O movimento Solidariedade prenunciou o colapso do comunismo na Europa Oriental. (N.E.)
9. Wojciech Jaruzelski (1923-2014), general do exército e político do Partido Comunista Polonês, foi Ministro da Defesa entre 1968-1981, ano que autorizou a repressão ao sindicato Solidariedade e mandou prender os líderes da organização, incluindo Lech Walesa. (N.E.)
10. A Glasnost representou uma proposta de abertura política para União Soviética sugerida por Mikhail Gorbachev em meados da década de 1980 ao Partido Comunista. Através dela, Gorbachev pretendia evidenciar maior “transparência” do governo soviético, permitindo maior liberdade de imprensa e a liberação de alguns presos políticos. (N.E.)
11. Durante a noite de 20 de agosto de 1968, tanques enviados por cinco países integrantes do Pacto de Varsóvia (URSS, Alemanha Oriental, Bulgária, Polônia e Hungria), invadiram a cidade de Praga com intuito de frear as reformas políticas propostas por Alexander Dubek, que ficaram conhecidas como “Primavera de Praga”. (N.E.)

## k) A LESTE TUDO DE NOVO - 1990

*O colapso da economia e as explosões nacionalistas na URSS, a ascensão do Solidariedade na Polônia, a virtual autodissolução do Partido Comunista na Hungria, as revoluções populares em países aparentemente estáveis como a Bulgária, a Alemanha do Leste, a Tchecoslováquia e finalmente a Romênia revelam um fato que ninguém pode negar: o Leste Europeu está sendo varrido por um imenso furacão. E o projeto de socialismo do PT, o que tem a ver com tudo isso?*

Marco Aurélio Garcia<sup>1</sup>

Na URSS, os acontecimentos dos últimos meses imprimiram um ritmo particularmente agudo à crise do regime soviético explicitada desde a ascensão de Gorbachev<sup>2</sup> à direção do Estado e do partido comunista. O colapso da economia se torna cada vez mais evidente, a multiplicação das mobilizações sociais acelera transformações do sistema político e o quadro ganha uma complexidade adicional com as explosões nacionalistas nas repúblicas do Báltico<sup>3</sup>, na Geórgia, no Azerbaijão, para só citar os pontos mais críticos<sup>4</sup>.

Na Polônia, o Solidariedade assume o governo reservando ao PC (POUP) um papel cada vez mais secundário. Na Hungria, o Partido Comunista virtualmente se autodissolveu; reivindica-se como organização social-democrata já tendo solicitado sua filiação à Internacional Socialista<sup>5</sup>.

Mesmo países aparentemente estáveis como a Bulgária sucumbem à tentação reformadora: a direção do PC é destituída e parte de seus membros é presa.

A própria Alemanha do leste não escapa à renovação. Uma sucessão de manifestações massivas nas principais cidades obriga o PC a uma democratização acelerada do país. Lá, igualmente, os homens ligados ao regime são presos por corrupção e a população ataca as sedes da polícia política.

A Tchecoslováquia troca a direção do Estado e do Partido Comunista. Dubek, deposto pela invasão soviética em 68, volta à cena e Havel, o principal “dissidente” do país, assume a chefia do governo.

Finalmente, a Romênia é sacudida por uma violenta insurreição popular que derruba o governo e executa as cabeças visíveis da opressão<sup>6</sup>.

Até mesmo a bucólica (e fechada) Albânia parece dar sinais de agitação interna.

### A crise da utopia

A crise daquilo que muitos chamaram eufemisticamente de “socialismo real” provoca a euforia da direita. Conservadores e liberais festejam a “volta ao capitalismo”, o restabelecimento da economia de mercado e da democracia parlamentar. Mas festejam sobretudo a “morte do comunismo”.

Na esquerda, as atitudes variam. Para muitos, a crise do Leste já estava prevista desde os anos 30. A burocracia soviética e assemelhadas um dia seriam varridas por insurreições operárias. A “superestrutura política” desses regimes teria, mais dia menos dia, de ajustar-se à “infraestrutura econômica” socialista.

Alguns veem os acontecimentos do Leste com apreensão, identificando neles o “dedo do imperialismo” somado à falta de firmeza dos dirigentes depostos. Para outros, tudo não passa de uma revolta das massas contra a burguesia de Estado que dominava estes países há muito tempo. Mais além destas certezas, o que domina grande parte da esquerda é um sentimento de perplexidade profunda, uma crise moral de grandes proporções. A utopia socialista que galvanizou esperanças e, sobretudo, energias políticas durante décadas parece ter deixado de existir ou ficou envolta por uma névoa espessa.

As certezas que nortearam a ação de militantes no mundo inteiro em meio a dificuldades inimagináveis foram fortemente abaladas. As ideias do socialismo e do comunismo perderam a antiga força de atração, sobretudo sobre os jovens.

## O debate no PT

A profundidade e velocidade com que se processam as mudanças políticas no Leste devem se constituir, no entanto, em um ponto central de reflexão para importantes setores da esquerda brasileira, sobretudo para o Partido dos Trabalhadores.

Esta reflexão tem um pressuposto e várias exigências.

O pressuposto: o PT é o espaço privilegiado para que uma discussão como esta se dê.

As exigências: este debate é **urgente**, deve **ir ao fundo dos problemas** e, por esta razão mesma, tem de ser **livre e corajoso**.

Por que o PT é o espaço privilegiado para este debate?

Fundamentalmente, porque ele nasceu e se desenvolveu em certa medida em ruptura com a tradição socialista que hoje está em crise. Surgimos em um momento de esgotamento da esquerda brasileira, que amargava em fins dos anos 70 uma profunda derrota política e militar. No plano internacional, já se desenhavam no fim da década passada os primeiros sinais do que iria hoje acontecer, ainda que fosse difícil prever o curso mais preciso dos acontecimentos.

Nascemos não em função de um projeto intelectual predeterminado de socialismo, mas da emergência de significativos movimentos sociais, particularmente nas classes trabalhadoras. A ação destas, sobretudo dos setores mais modernos da classe operária, apontava para um novo tipo de relação dos trabalhadores com a política no país, distinto dos projetos populista ou comunista. O socialismo que o PT reivindicou desde o início, ainda que de contornos vagos, buscava diferenciar-se explicitamente dos modelos social-democrata ou burocrático.

Finalmente, é importante assinalar que o problema do socialismo e de sua profunda renovação foi colocado para o PT menos por uma imposição ideológica do que pela análise das implicações da evolução econômica, social e política do Brasil.

A partir dos anos 70, ficou cada vez mais evidente o caráter do capitalismo brasileiro, suas tendências oligopólicas e o papel fundamental que desempenhava neste processo o Estado, como um dos agentes decisivos da concentração de riqueza e, em consequência, da exclusão e miséria de dezenas de milhões de homens e mulheres. Ficou evidente, igualmente, a relação que existia entre esta situação econômica e social e o caráter antidemocrático de nosso sistema político e a ausência de liberdades públicas, de direitos e garantias individuais.

O PT entendeu, porque experimentou praticamente esta realidade, que a democracia social era inseparável da democracia política e que ambas faziam parte do projeto socialista. Contrariando a tradição socialista dominante, passou a considerar a democracia como valor em si e não como mero instrumento (ou espaço) para “acumular forças” e depois conquistar o socialismo.

Por todas essas razões, não nos deve surpreender o que está ocorrendo no Leste Europeu, nem nos pode mover qualquer tipo de solidariedade com os regimes depostos.

## Urgência e liberdade

Dez anos depois de sua fundação, tendo acumulado experiências decisivas neste período de sua existência, sobretudo a da última campanha eleitoral, o PT está obrigado a realizar uma profunda reflexão sobre seu passado para definir seu papel na sociedade brasileira neste fim de século e de milênio. Nesta reflexão, a questão do socialismo e de um ajuste de contas com as distintas concepções que atravessam o partido não mais pode se adiar. Nossa omissão tem sido constantemente entendida por amigos e inimigos como incapacidade ou impossibilidade de oferecer para o país um projeto claro de sociedade.

A profundidade do debate exige ir à raiz dos acontecimentos que abalam de há muito o chamado “campo socialista”. Impõe o estudo da história dos processos revolucionários não somente a partir das versões oficiais, mas confrontando as distintas explicações desses fenômenos políticos. A história não pode servir, no entanto, como desculpa para as profundas deformações e perversões mesmas desses regimes, seu conhecimento é um elemento de inteligência das causas do ocorrido.

Coragem e liberdade significam que nenhum dos participantes desta grande discussão deve se sentir inibido em expressar suas opiniões. Nada mais prejudicial e escandaloso num momento como este do que o oportunismo, o deixar de fazer análises, expressar pontos de vista ou até mesmo sentimentos. Não é hora de bom-mocismo ou de ficar em cima do muro.

A importância do que está ocorrendo no leste reside, entre outras coisas nos grandes desafios políticos que esta crise propõe. Eles abalam as certezas de muitos setores da esquerda, mas também dos conservadores que se referiam à URSS e aos demais países do Leste como regimes totalitários que haviam liquidado com a sociedade civil e que, portanto, só poderiam ser liquidados por uma ação externa.

Independentemente das forças em presença nas distintas e complexas lutas que se travam nesta área do mundo, o que se verifica predominantemente no Leste é algo de novo, uma vontade de liberdade e democracia que podem reconciliar estes dois valores revolucionários com a ideia de socialismo.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº48, fevereiro de 1990, p. 12. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Professor do Departamento de História da Unicamp, Secretário da Cultura de Campinas e membro do Diretório Regional do PT (Nota do documento original).

2. Mikhail Gorbachev (1931-), político russo, último líder da União Soviética – URSS, entre 1985 e 1991. Dentre as principais medidas de seu governo, popularizaram-se a Glasnost e a Perestroika, representando a abertura política e econômica, respectivamente. Em função dessas reformas, Gorbachev sofre um golpe de Estado em 1991, promovido por setores do Partido Comunista contrários à proposta de abertura política trazida pela Glasnost. (N.E.)

3. Os países Bálticos são Lituânia, Estônia e Letônia. O primeiro país foi anexado à URSS ao final da Segunda Guerra Mundial e, em 1990, após a Glasnost, proposta de abertura política de Mikhail Gorbachev, declarou independência por meio de um movimento nacionalista. Letônia seguiu percurso semelhante, declarando independência em 1991 e a Estônia no ano seguinte, em 1992. (N.E.)

4. Trata-se do conflito entre Azerbaijão e Armênia, que ficou conhecido como Guerra de Nagorno-Karabakh, perdurou de 1988 até 1994. As diferenças étnicas entre os dois Estados, somadas à tentativa de unificação do Azerbaijão com a Armênia culminaram no movimento de independência do primeiro. (N.E.)

5. A Internacional Socialista é uma organização mundial de partidos social-democratas, socialistas e trabalhistas. Congrega 159 partidos políticos e organizações em todos os continentes. A Internacional Socialista, cujas origens remontam a antigas organizações do movimento dos trabalhadores, existe em sua atual forma desde 1951, quando ela foi restabelecida no Congresso de Frankfurt, na Alemanha. (N.E.)

6. Em 1989, ocorreu o que ficou conhecido como Revolução Romena. Integrada ao bloco soviético ao final da Segunda Guerra Mundial, a Romênia vivia sob o regime comunista. Em dezembro de 1989, houve uma sequência de protestos populares que derrubaram o presidente Nicolai Ceau escu, julgado e executado junto com sua esposa Elena Ceau escu. (N.E.)

# I) FSLN<sup>1</sup> CONFIRMA VOCAÇÃO DEMOCRÁTICA – 1990

**Primeira reação: a perplexidade.** Segundo todas as notícias a Revolução não corria riscos, a vitória era uma certeza; todas as pesquisas o confirmavam (todas, menos uma, segundo soubemos depois): 50% para Daniel<sup>2</sup>, 25% para Chamorro<sup>3</sup>; o comício de encerramento havia reunido entre 350.000 e 500.000 pessoas (dependendo das fontes) que juraram não trair a Revolução. O que havia ocorrido para reverter totalmente este quadro?

**Segunda reação: a raiva.** Contra os inimigos da Revolução, hoje triunfantes nas urnas. Mas, principalmente, contra os Estados Unidos, que tanto hostilizaram esse processo, e que continuavam a afirmar que, mesmo com 2.500 observadores internacionais, eles se reservavam o direito a desconfiar da limpeza do pleito; que apoiaram e financiaram abertamente a UNO (União Nacional Opositora), aliança anti-sandinista de 11 partidos; que financiaram e sustentaram os “contras”, mercenários e agentes de uma agressão estrangeira, cuja ação viola todas as normas de direito internacional, como já encenou o Tribunal de Haia<sup>4</sup>, e que estão umbilicalmente vinculados à UNO; que declararam uma guerra à Revolução que matou mais de 30 mil heróicos e privou o povo dos recursos que foram destinados à defesa nacional, chegando a consumir mais de 50% do orçamento, impedindo o desenvolvimento e os investimentos para satisfazer as necessidades populares; que, cinicamente, hoje declaram levantado o bloqueio que castigou economicamente a Nicarágua durante tantos anos... Mas isso seria suficiente para explicar a derrota?

**Terceira reação: a reflexão.** Ou seja, a tentativa de achar respostas para os aparentes paradoxos e de encontrar uma racionalidade para a complexidade dos fatos. A guerra, com todas as heróicos, fora realmente o único fator para explicar a derrota? Não houve outros fatores, de dinâmica interna, que condicionaram esse resultado?

Indagações dolorosas, porém neuróticas. Certas informações sobre a maneira como o governo sandinista administrou a gravíssima crise econômica indicam que houve, no mínimo, contradições entre os postulados da Revolução e uma prática que, ainda que justificada no discurso, se comprometia a cada dia com concessões de todo tipo a setores que acumulavam certos privilégios perante uma população condenada a todos os sacrifícios. Se é verdade que a Revolução não podia perder seus aliados no campo da burguesia, o preço nunca podia ser pago com a miséria da maioria.

Por outro lado, em termos estratégicos, estava claro que os “contras” haviam sido militarmente derrotados, também com o sacrifício de milhares de vidas. Por que, então, na reunião centro-americana de 10 e 11 de dezembro passado, em São José (Costa Rica), o Presidente Daniel Ortega, que sempre qualificara o governo de El Salvador como assassino, subscreve um manifesto de apoio mútuo com Alfredo Cristiani<sup>5</sup>, além dos governos de Costa Rica, Honduras e Guatemala, e faz triunfar a tese de que a Frente Farabundo Martí<sup>6</sup> e os “contras” heróicos são duas caras de uma mesma violência? Era necessária esta concessão, que completou-se com a aceitação de congelar a demanda contra Honduras, perante a Corte Internacional de Justiça, pela presença dos “contras” no seu território?

Ninguém duvida das dificuldades, tanto para enfrentar a crise econômica como para implementar uma estratégia de paz, dois elementos estreitamente interdependentes. Até que ponto a crise do “mundo socialista”, abertamente positiva para

a sua democratização, significou a perda de apoios concretos para a Revolução Nicaraguense? Não há notícias de que a viagem de Ortega pelos países do Leste Europeu, seis meses atrás, tenha obtido resultados positivos. Há motivos para se pensar que a perda de influência estratégica da URSS, no esquema de concessões para a distensão mundial, afeta de alguma maneira a continuidade dos processos revolucionários na área de influência dos Estados Unidos.

O caminho das concessões, porém, não parece ser o apropriado quando um povo, acostumado a todos os sacrifícios, aprende a cobrar maior fidelidade entre o discurso e a prática. Não obstante, há dados extremamente positivos. A Frente Sandinista cumpriu, com honestidade, o mandato constitucional, consolidou a democracia e o sistema pluripartidarista. Além disso, tem poder suficiente para defender as conquistas da Revolução que constam na Constituição, elaborada com a ativa participação de todos os setores do país.

A história não volta atrás. Otem foram a insurreição popular, a greve geral, os combates heróicos, as cidades liberadas, e por fim, a derrota da ditadura e a tomada do poder, no dia 19 de julho de 1979. Hoje, a confirmação da vocação verdadeiramente democrática desta Revolução. Amanhã, a retomada das bandeiras, inspiradas no pensamento e no exemplo de Sandino<sup>7</sup> e de Fonseca Amador<sup>8</sup>, por uma Nicarágua livre em direção ao socialismo.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 49, março de 1990, p. 11. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. A Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN foi fundada em 1960, no intuito de fazer oposição ao regime ditatorial da família Somoza que estava no poder desde 1936. O nome remete a Augusto César Sandino, que lutou contra a presença estadunidense no território da Nicarágua, assassinado em 1934. Em 1979, a FSLN derruba o ditador Anastasio Somoza Debayle e dá início ao que ficou conhecido como Revolução Nicaraguense. (N.E.)
2. José Daniel Ortega Saavedra (1945-), comandante militar e político nicaraguense, participou do processo da revolução sandinista por meio da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que depôs o ditador Anastasio Somoza Debayle. Foi eleito presidente em 1985, permanecendo até 1990, quando é derrotado pela candidata Violeta Barrios de Chamorro. Foi eleito novamente em 2006, e reeleito em 2011 e novamente em 2016. (N.E.)
3. Violeta Barrios de Chamorro (1929-), eleita presidenta da Nicarágua em 1990 por meio da União Nacional Opositora – UNO, derrotando o candidato Daniel Ortega. (N.E.)
4. Trata-se da Corte Internacional de Justiça, criada em 1946 como principal órgão judiciário da Organização das Nações Unidas – ONU. Também é denominada Tribunal de Haia, pois a sede da Corte está localizada em Haia, nos Países Baixos. Em seu estatuto, o órgão se apresenta com a dupla missão de resolver com base no Direito Internacional as disputas jurídicas submetidas pelos Estados e emitir pareceres consultivos sobre tais disputas. (N.E.)
5. Alfredo Felix Cristiani Burkard (1947-), político salvadorenho, foi presidente de El Salvador entre 1985-1994. (N.E.)
6. A Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional é um partido criado em outubro de 1980 a partir de outras organizações de massa e partidos políticos: a Resistência Nacional – RN, Partido Revolucionário dos Trabalhadores da América Central (PRTC), Exército Revo-

lucionário do Povo (ERP), Forças de Libertação Popular Farabundo Martí (FPL) e o Partido Comunista de El Salvador (PCS). (N.E.)

7. Augusto César Sandino (1895-1934), lutou contra a presença militar dos Estados Unidos em Nicarágua. Foi assassinado pelo general Anastasio Somoza García, que, em 1936, dá início ao período que ficou conhecido como a ditadura somozista, em função da família Somoza ter permanecido no poder até 1979, ano da Revolução Nicaraguense. A organização Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN, que derruba o último ditador Somoza em 1979, faz em seu nome uma homenagem a Sandino. (N.E.)

8. Carlos Fonseca Amador (1936 – 1976), professor e entusiasta da revolução nicaraguense, é um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN. (N.E.)

## m) AVANÇAR PARA O REINO DA LIBERDADE - 1990

*Em princípio de janeiro, Sávio Bones retornou ao Brasil, vindo da República Democrática da Alemanha (RDA). Ele trazia na bagagem, além das saudades e um pouco de frustração, a certeza de que a luta pela construção de uma sociedade realmente socialista requer bem mais que a construção de uma vida material mais humana.*

Sávio Bones<sup>1</sup>

A construção do Socialismo requer sobretudo a construção de mecanismos de Poder Popular, onde o Estado juridicamente popular se confunde com o Estado realmente popular. Onde os trabalhadores e a grande maioria deserdada, mediados por suas próprias instituições, determinem o seu próprio futuro. O afastamento desta precondição fundamental para a democratização de uma sociedade leva à constituição de governos opressores, ainda que exercidas em nome do povo.

O caso da RDA é bem ilustrativo. Constituída no final da década de 40, fruto de uma divisão imperialista dos negócios da II Guerra Mundial, a RDA ingressou no “Socialismo Real” por decreto. E, em nome deste decreto, o poder e mesmo a participação popular foram transformados em *slogans* que não tinham sua correspondência na vida real. As instituições, como sindicatos, associações de mulheres e jovens, as escolas etc., foram transformadas em instrumentos de justificação das vontades e materialização das políticas aprovadas pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha – PSUA e seus “Partidos Irmãos”. Estes últimos, meras caixas de ressonância do Partido “dirigente de toda a sociedade”.

Com o fechamento das fronteiras entre a RDA e Berlim Ocidental, em 13 de agosto de 1961, o caráter repressivo do Estado aumentou. Cresceu o número de integrantes da Polícia Secreta, chegando ao absurdo de 90 mil funcionários e 110 mil colaboradores para uma população de 16,4 milhões de habitantes. Até a privacidade dos indivíduos era controlada. Durante muitos anos foi proibido (e o infrator, sujeito a punição) assistir a programas de televisão gerados em Berlim Ocidental.

As liberdades de manifestação e expressão existiam somente para as posições do Partido. As eleições eram formais e quase sempre fraudadas e o voto não era secreto. A chapa dos candidatos era fechada de comum acordo entre o PSUA, os “partidos irmãos” e as “Entidades Populares”.

Além de possuir todo o poder político e militar os membros do PSUA possuíam privilégios materiais, mansões, bairros e parques particulares, belos automóveis e direito de aquisição de produtos importados e viagens para o Ocidente. Mas os privilégios, favorecimento e corrupção não percorriam somente a alta hierarquia estatal e partidária. Era um mal de toda a sociedade, que refletia, na sua base, toda a podridão de sua camada dirigente.

A economia alemã não poderia fugir impune desta política autoritária, viciada e corrupta. A prioridade de investimentos em determinadas áreas eram definidas segundo interesses de grupos e pouco justificáveis. Os resultados da planificação e o desenvolvimento eram falseados. Em nome de uma emulação ideológica, todos os dados eram realinhados segundo os interesses do partido.

O trabalho ideológico feito nas escolas, no partido e na sociedade era rebaixado e desqualificado. Apresentava-se as verdades como dogmas que fundamentavam-se na cientificidade das opiniões do partido. A máxima marxista “duvidar de tudo” foi substituída pela adoração às verdades oficiais e pelo culto à personalidade dirigente, que pretensamente incorporava a vontade coletiva partidária. E esta, por sua vez, se reivindicava a vontade coletiva dos cidadãos da RDA.

Todos aqueles que levantaram suas vozes contra a tirania tinham seus nomes elencados nas listas negras. Quando não, presos e perseguidos. Acusados de traidores, “aliados do inimigo imperialista”. Mas os movimentos oposicionistas clandestinos, que se abrigavam sobretudo nas igrejas e entidades religiosas, foram ganhando forças e forma no compasso da Glasnost e Perestroika soviéticas.

Impossibilitada de ver seus sonhos realizados e de se manifestar por eles, a população inicia uma grande migração para a RFA. No início, apenas trabalhadores especializados, médicos, enfermeiras, técnicos industriais etc.

Mais tarde, a vaga retirante é engrossada de todo tipo de trabalhadores. O governo tenta impedir. Usa desde propaganda até a repressão. A população insiste e continua a deixar o país. Na RFA, vão morar em ginásios, escolas, galpões, como verdadeiros refugiados.

No dia 7 de outubro, 40º aniversário da RDA, impulsionados pela presença do homem-símbolo das liberações no “Socialismo Real” os oposicionistas em todo o país foram aos milhares às ruas. As manifestações mais fortes foram em Leipzig. A cidade foi cercada e houve choques e prisões violentas. Felizmente, a direção do exército se recusou a cumprir as ordens de repressão mais violenta. Daí em diante, iniciou-se na RDA o furacão revolucionário.

Numa manobra interna, o CC destituiu Honecker e indicou Honeger Krenz como novo secretário geral. A indicação de Honeger, segundo homem da hierarquia de governo, não foi suficiente para acalmar os protestos. Pelo contrário, abriu espaço para a oposição crescer. Dias depois, mais de 500 mil berlinenses ocupam as ruas da Capital, respondendo ao chamado da oposição, exigindo o fim do governo e do partido. A manifestação, iniciada às 10h como concentração, continua como passeata, e acaba às 16h em um comício que foi assistido de longe pela polícia e, sem maiores incidentes, inflige a primeira grande derrota política ao governo. Iniciam-se denúncias diárias de corrupção e privilégios. As manifestações pipocam em todo canto e lugar. Estabelece-se em Leipzig que toda segunda-feira é dia de protesto. Nunca comparecem menos de 100 mil pessoas. São abertas passagens oficiais entre as duas Berlins e entre as duas Alemanhas. No primeiro final de semana, visitam Berlim mais de 1 milhão de pessoas.

A oposição chama uma manifestação nacional. De mãos dadas, a oposição corta a RDA de fora a fora. Mais de 2 milhões de manifestantes. Os organismos de base exigem do CC a convocação de um congresso e sua renúncia. Em resposta, é convocada uma conferência extraordinária, que, ao ser denunciada aos milhares de manifestantes na sede do partido, é recebida com vaia. Dois dias depois, a decisão é revogada e o Congresso convocado. Pouco tempo depois, o Comitê Central renuncia e o Partido passa a ser dirigido por uma Comissão com tarefas envolvidas de preparar o Congresso.

As denúncias de corrupção continuam e, no início, são o móvel de novas manifestações, que cada vez se politizam mais e assumem novas reivindicações.

Também a evasão do país aumenta. Agora são, em média, mil por dia. O país está sem governo. O Congresso extraordinário é realizado. É eleita uma nova direção, o partido altera o nome, abandona o leninismo, chama unidade nacional e indica Hans Modrow como primeiro-ministro. Seu nome é referendado no Parlamento, mas o PSUA não será mais governado sozinho. Governará com a Câmara do Povo, sem tutela do Partido. E os “antigos” Partidos Irmãos são também oposição. O país está à beira de uma guerra civil. A população cerca e invade prédios públicos e em especial o da Polícia Secreta. Em comunicado conjunto, governo e oposição pedem calma à população e que permaneça no país.

É constituída uma mesa-redonda com os grupos de oposição sem representação parlamentar. Ela é de fato quem governará o país doravante. A polícia secreta é dissolvida e seus integrantes e colaboradores são agora perseguidos pela população. Surgem novas organizações autônomas. O governo agoniza e os movimentos populares revitalizam-se. Oposição e Governo contêm as propostas grevistas. Em contrapartida, crescem os movimentos pró-unificação. O livre mercado torna-se um fetiche em contraposição ao fetiche do antigo Estado dito Socialista. “A Unificação é inevitável” – afirmava Helmut Kohl<sup>2</sup> em Leipzig, antes de cruzar Bradenburgo e pôr fim física e definitivamente ao muro, nas vésperas do Natal.

As Alemanhas não são mais as mesmas, o mundo não é o mesmo. Foi-se pelas mãos do povo o “Socialismo Real”. Ficou a lição de que é preciso abrir caminho para a passagem “do reino da necessidade para o reino da liberdade”.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 49, março de 1990, p. 13. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Membro da Comissão Política do DM/BH. (Nota do documento original)

2. Helmut Josef Michael Kohl (1930 -), político alemão, foi Chanceler da República Federal da Alemanha entre 1982 e 1998. (N.E.)

## n) NICARÁGUA, UMA REVOLUÇÃO DERROTADA? - 1990

*A revolução nicaraguense não foi um golpe de Estado. O aparelho policial, o sistema judiciário e o legislativo somozistas foram destruídos e, em seu lugar, surgiu um novo Estado, popular e democrático em sua essência, e anti-imperialista, por vocação histórica. Mas para onde Violeta Chamorro<sup>1</sup> levará agora a terra de Sandino?*

Marco Antonio Piva<sup>2</sup>

“As massas nicaraguenses derrotaram a estratégia de preservação do capitalismo adotada pela FSLN.” A análise é de Valério Arcari, dirigente da Convergência Socialista<sup>3</sup>, corrente que sempre classificou a posição sandinista de “social-democrata”. Arcari sustenta sua tese apontando o apoio do governo aos exportadores de algodão, o principal produto do país. Mas até que ponto a derrota das urnas contra Violeta Chamorro dá direito a quem se julga revolucionário de jogar os sandinistas na vala comum dos defensores do capitalismo?

De fato, o governo sandinista manteve uma política de incentivo à exportação, na expectativa de suavizar o impacto da guerra patrocinada pela administração norte-americana (antes com Reagan, depois com Bush<sup>4</sup>) e dar oxigênio à combalida economia do país. Enquanto, porém, o Estado era responsável por 80% dos investimentos na produção, a iniciativa privada ficava apenas com 20%, embora contasse com o incentivo do governo.

Os sandinistas perceberam a tempo a ineficácia dessa posição e, a partir de 85, iniciaram uma política de correção de rumos, particularmente com maior distribuição de terras a pequenos produtores, abolindo a obrigatoriedade “ideológica” da organização em cooperativas. Isto retirou, inclusive, a base de apoio social que a “contra” implantara na zona rural. A reforma econômica de fevereiro de 1988 adotou um estilo clássico ocidental: enxugamento da máquina estatal, demissão de 10 mil funcionários públicos e desvalorização em 14.000% da moeda oficial, o córdoba. Sem dúvida, um autêntico “pacotão” diante de uma realidade econômica terrível. A inflação chegava a 36.000%, o PIB diminuía 17% e o consumo por habitante caíra 41% comparado com 1980.

Mas é certo também que nem a correção de rumos na economia nem a ousadia diplomática na política impediram os efeitos catastróficos da guerra de baixa intensidade desencadeada pelo Pentágono desde 1981. Apoiando no documento “Santa Fé”<sup>5</sup>, o ex-presidente Ronald Reagan determinou: a revolução nicaraguense não deveria sobreviver. Combinando ajuda financeira aos “contras”, apesar do escândalo Irangate<sup>6</sup>, e a asfixia da economia sandinista via embargo comercial (90% da economia da Nicarágua dependia dos Estados Unidos em 1979), Washington montou a tática da morte lenta. A distensão do Leste Europeu e a posse de George Bush não modificaram essa política.

Com mais da metade do orçamento destinado à defesa, a Frente Sandinista ganhou a guerra no plano militar, mas foi derrotada economicamente. A UNO capitalizou um profundo sentimento de cansaço de uma parte da população nicaraguen-

se – diante de uma guerra interminável. “Este não foi um resultado contra a revolução, um voto de direita, e sim o voto do desespero produzido pela crise econômica e pelo temor diante da possibilidade de continuidade da guerra”, diz o secretário político da FSLN, Carlos Carrión.

“Perdemos a eleição, mas não o poder”, sustentou o ex-presidente Daniel Ortega. “Agora nossa tarefa é governar pela base e garantir as conquistas sociais da revolução”. Em nota oficial, os sandinistas jogavam para o novo governo a responsabilidade que lhe cabe na tarefa de negociar a transição política e a estabilidade do país.

Não se sabe ainda se Violeta Chamorro entendeu o recado. Ela admitia, no início de abril, uma negociação mais ampla. Seladas a desmobilização dos “contras” e a promessa de manutenção do exército, criaram-se as bases para um cenário menos preocupante, embora igualmente problemático.

Durante toda a campanha de Violeta Chamorro a ladainha foi uma só: “No UNO, no money”, traduzindo o simbolismo ameaçador: apenas a coligação oposicionista seria capaz de trazer dinheiro para o país. Para sair da crise econômica em 100 dias, como prometeu, o novo governo necessitará de uma injeção imediata de 800 milhões de dólares, equivalente a 20% dos prejuízos que a guerra trouxe ao país, ou ainda, pouco menos da metade que Washington destinou aos “contras” em nove anos de atividade. A Casa Branca cumprirá sua parte?

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº50, maio de 1990, p. 15. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Violeta Barrios de Chamorro (1929-), eleita presidenta da Nicarágua em 1990 por meio da União Nacional Opositora (UNO), derrotando o candidato Daniel Ortega. (N.E.)
2. Marco Antonio Piva é assessor de Imprensa da Prefeitura de São Paulo. Escreveu, com Márcia Cruz Piva, “Fazendo amor na Nicarágua” (Vozes) e “Nicarágua — um povo e sua história” (Paulinas). (Nota do documento original)
3. Convergência Socialista, no contexto, tendência interna do Partido dos Trabalhadores, desliga-se do Partido em 1992. (N.E.)
4. George Herbert Walker Bush (1924-), político norte-americano. Foi vice-presidente dos Estados Unidos entre 1981-1989, durante a gestão de Ronald Reagan. Bush foi eleito para presidência na disputa em 1989, governando até 1993 pelo Partido Republicano. (N.E.)
5. Os Documentos de Santa Fé foram escritos pelo Comitê de Santa Fé, localizado no Novo México; foram dirigidos ao então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, entre 1980 e 1986. Neles, argumentava-se que a América Latina estava sendo dominada pelo poder soviético e, por tal razão, dentre os pressupostos do documento, estavam a indicação de que era necessário conter o avanço da esquerda na América Latina. (N.E.)
6. O escândalo Irangate, também conhecido como Irã-Contra, ocorreu em 1986, quando a imprensa vazou a informação de que o presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan, associado com membros da CIA – Central Intelligence Agency, forneceram armas para o Irã com intuito de financiar e fornecer ajuda para os “contras”, oposição ao governo revolucionário nicaraguense. (N.E.)

## o) A REVOLUÇÃO NÃO FOI DERROTADA - 1990

*Uma advertência contra as tentativas de derrubar as conquistas da Revolução e uma avaliação das razões que levaram à vitória da UNO são tratadas pelo presidente Daniel Ortega em discurso que pronunciou diante de representantes estrangeiros em Manágua.*

O resultado das urnas na Nicarágua não representou uma traição popular à Revolução. “A Revolução não pode ser traída, a Revolução não pode ser liquidada”, afirmou o presidente Daniel Ortega, candidato da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), em discurso pronunciado dia 28 último, em Manágua, a um grupo de observadores internacionais e membros de comitês de solidariedade que acompanharam as eleições nicaraguenses.

Na ocasião, o comandante sandinista analisou as razões do resultado favorável à União Nacional Opositora (UNO), de Violeta Chamorro, e alertou a opinião pública internacional para o fato de que, depois de tantas mortes, quando a consolidação da democracia se encontra ao alcance das mãos, uma atitude intransigente tente dismantelar o processo revolucionário na Nicarágua. Isso, garantiu Ortega, “nunca jamais o permitiremos, nunca jamais o povo da Nicarágua permitirá”.

Segundo Ortega, os sandinistas continuarão trabalhando junto ao povo nos bairros, nas fábricas, nas cidades, em condições muito melhores que as de antes do dia 19 de julho de 1979, quando a Frente assumiu o governo. Na época, lembra o comandante, os sandinistas viviam clandestinamente, e eram perseguidos pela Guarda Nacional quando se dirigiam ao povo. “Agora conquistamos direitos que não podem ser violados, como o direito de organização, o direito à greve e à liberdade de expressão.”

### **Avaliação**

“Não foi nossa responsabilidade, nossa culpa, independentemente dos erros cometidos: não foram eles os elementos determinantes do resultado das eleições de 25 de fevereiro”, garantiu o presidente da Nicarágua. Para ele, os fatores decisivos da vitória de Violeta Chamorro são muito claros: “Se os Estados Unidos não tivessem feito esta guerra contra o povo nicaraguense, se não tivessem matado tantos nicaraguenses, se não tivessem feito o bloqueio econômico na Nicarágua, a Revolução teria tido mais recursos para dar resposta aos problemas econômicos e sociais do país”.

“Quem convoca eleições corre o risco de perdê-las. O resultado das urnas não foi uma derrota do Sandinismo. Não podemos admitir que o resultado das urnas seja considerado como derrota da Revolução. Pelo contrário, ele coloca em prova a vontade política, democrática e pacifista da Revolução nicaraguense”, sustenta o presidente.

“Agora nós vamos governar a partir de baixo, e vamos governar com um sentido construtivo.” Ortega conta que, numa ocasião, afirmou que “o poder não poderia ser entregue”, e isso foi mal interpretado. Reafirmou, no entanto, que em “qualquer sistema que se diga democrático, o poder tem que residir no povo, e o povo não pode transferir todo seu poder a um governo, porque senão deixaria de existir, seria silenciado, se converteria em escravo do governo”.

Com base nesse princípio Ortega aceita a decisão da maioria da população nicaraguense de entregar o governo à União Nacional Opositora. “Uma maioria da população decidiu colocar à prova as promessas da UNO de resolver o problema econômico e social, problemas que a revolução nas condições desvantajosas não conseguiu resolver.” Como oposição, no entanto, sustenta Ortega, os sandinistas agora têm o dever de “velar para que se respeitem as conquistas revolucionárias” e os direitos do povo.

**Fonte:** *Nacional do PT*, nº 49, março de 1990, p. 12. Acervo CSBH-FPA.

## p) TURISMO EM CUBA - 1991

*Em janeiro deste ano, o PT promoveu uma viagem de turismo político à Cuba.*

*Marlene Rocha<sup>1</sup>*

Sempre houve muitos companheiros que, interessados em conhecer a ilha cubana e a experiência que vive o povo cubano, procuravam o PT para saber como fazer. A questão levantada era conhecer Cuba por dentro e por fora, saber como funcionam as organizações políticas, econômicas e sociais.

Essa oportunidade chegou quando das relações PT/PCC<sup>2</sup> surgiu também o interesse dos cubanos em ter turistas enviados por um partido amigo. Como sabemos a situação não é das melhores. Um país que luta para manter-se firme aos princípios socialistas quando todo o mundo do “socialismo real” desmorona, certamente tem de enfrentar uma situação de isolamento muito grande. Cuba enfrenta, ademais, problemas relacionados às suas grandes capacidades geográficas. Um país que está em uma ilha, a 90 milhas da maior potência mundial (EUA) com deficiências naturais (Cuba não tem petróleo, água potável nem grandes rios que possam gerar energia elétrica) e climáticas, totalmente dependente de importações e num mundo capitalista onde as relações internacionais são desiguais. A exceção da cana de açúcar e cítricos, Cuba não tem mais nenhum produto agrícola exportável. Sua economia hoje está baseada em 3 fontes principais: açúcar e cítricos, turismo e medicamentos.

Frente a essa situação é que a promoção dessa viagem teve também o caráter de solidariedade àquele povo.

Essa primeira experiência foi muito positiva. Foi um grupo de 38 companheiros, entre eles o prefeito de Vitória, Vitor Buai<sup>3</sup>, que está editando uma revista onde conta a experiência. Cada companheiro arcou com suas despesas, que ficaram em torno de 1.300 dólares por pessoa.

Programa em Havana foi de visitas à sede do partido e do Governo, visita a escolas, hospitais, médico da família, cooperativa agrícola, a Casa das Américas, ao Acampamento dos Salvadorenhos Mutilados na Guerra e a uma micro brigada de construção civil. Esse programa pretendeu dar uma ideia de como funciona o sistema social, político e econômico naquele país, incluindo ainda a questão da solidariedade internacionalista, no caso do acampamento dos salvadorenhos.

Além dessa programação que foi basicamente de visitas, painéis, debates, etc., o grupo visitou, a nível de município, algumas organizações de massa como UJC<sup>4</sup> e FMC (Federação de Mulheres). Com tudo isso, ainda sobrou tempo para passeios aos mais importantes pontos turísticos do país, a bares, restaurantes, cabarés, praias e, é claro, ao delicioso sorvete da Coppelia (praça sorveteria), andou pelas ruas, conversou com o povo, que é muito hospitaleiro e adora conversar com brasileiros sobre a novela Roque Santeiro, que está passando lá.

A avaliação do grupo e do PT foi muito positiva, tanto é que já estão sendo organizados mais 2 grupos, um para final de junho/91 e outro para janeiro/92, com as mesmas características.

Se você quer aproveitar essa oportunidade é só entrar em contato com a Marlene na Sede Nacional, pelo telefone (011) 223-7999. Ela lhe dará todas as informações para que você seja mais um nessa turma.

Como disse o nosso presidente, Lula, no 7º Encontro, “o problema de Cuba não é mais um problema só dos cubanos, o problema de Cuba é um problema de todos os latino-americanos, é um problema de todos os revolucionários de América Latina”. E estar solidários com aquele povo neste momento é fundamental para que não se perca a importante experiência que eles estão vivendo, o projeto que eles estão construindo, que, apesar de todas as críticas que possamos ter, está muito próximo do que queremos construir para nosso Brasil.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 53, abril de 1991, p. 12. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. No contexto, membro da Secretaria Nacional de Formação Política – SNFP do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)
2. PCC – Partido Comunista de Cuba, criado em 1965, quando foi constituído o primeiro Comitê Central do Partido. (N.E.)
3. Vitor Buaiz (1943-), político brasileiro, foi deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores entre 1987-1988, deputado federal entre 1987-1989, prefeito de Vitória entre 1989-1993 e governador do Espírito Santo entre 1995-1999. (N.E.)
4. UJC – União da Juventude Comunista, originalmente fundada em 1927, atuou de forma clandestina durante o Estado Novo e a Ditadura Militar. Foi reorganizada em 2006. É uma organização política ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). (N.E.)

## q) URSS: O GOLPE E SEUS DESDOBRAMENTOS - 1991

Nani Stuart<sup>1</sup>

Passaram-se duas semanas e estamos, ainda perplexos, acompanhando um processo cujos desdobramentos se multiplicam numa velocidade que torna difícil a sua compreensão.

Para tentarmos uma explicação dos fatos, deveremos atender à multiplicidade de fatores que se combinaram para permitir que o Vice-presidente da União<sup>2</sup>, juntamente com os setores do PCUS<sup>3</sup> e do Exército e da KGB<sup>4</sup> dessem o golpe. E, logo em seguida, analisar as causas do seu fracasso.

Em primeiro lugar, devemos assinalar que a causa imediata, segundo os analistas mais confiáveis, foi a iminência da assinatura do Tratado da União, que Gorbachev poria em vigência assim que voltasse das suas férias na terça-feira, 20 de agosto. Esse tratado outorgava grande autonomia às Repúblicas, transformando a União Soviética numa união de estados soberanos. Era o fim do poder das instituições centrais, que, sob hegemonia dos PCUS, dirigiam o país desde a Revolução de 1917. Aos olhos dos “duros”, esse Tratado significaria o esfacelamento definitivo da União, visto que a natureza voluntária do mesmo implicava o direito das Repúblicas se separarem da URSS. Ademais, dava um golpe mortal no poder Soviete Supremo, da burocracia central e de instituições como a KGB.

Se o tratado foi o fator detonador da crise, o golpe não poderia ter acontecido sem um cenário favorável que fortaleceria os setores mais críticos do processo desencadeado em 1985.

A crise econômica que castiga o povo soviético, especialmente em consequência do desabastecimento de produtos essenciais e a quebra desordenada dos mecanismos reguladores da produção e do mercado, transformaram o perfil do país numa pálida sombra do antigo poderio.

A crise financeira do Estado, o crescente déficit orçamentário, a queda do PIB e o fantasma da inflação marcaram o passo da “terceiro-mundização” da 2ª Potência Mundial.

A figura patética de Gorbachev passando o pires na Reunião dos G-7<sup>5</sup> refletia quão agudamente necessitada de socorro ocidental estava a Perestroika para a sua sobrevivência. Como sempre, as ações dos Grandes do Mundo foram pautadas mais pela retórica do que por fatos concretos, até porque estes não controlam os fluxos de um capital cada vez mais transnacional.

A crise militar teve origem na perda da posição dominante da URSS no concerto mundial; perda selada com o fim do Pacto de Varsóvia<sup>6</sup>, menina dos olhos do complexo militar-industrial soviético. A seguir, vieram a guerra do Golfo e o alinhamento com as potências agressoras do Ocidente, somando-se às audaciosas iniciativas gorbachevianas para um desarmamento real que catapultaram a Guerra Fria num passado distante. A redução do orçamento e a reconversão da indústria bélica vieram como consequências.

Os fatos mostraram, porém, que a corporação militar não estava coesa; a recusa dos oficiais em reprimir o povo nas ruas impedindo a queda de Iéltsin são indícios mais que suficientes da dissensão existente no estamento militar soviético.

Por último, a crise político-ideológica no seio do PCUS marcada pela perda milionária de filiados (4,2 milhões no último ano), a quebra financeira, e o abandono da ortodoxia marxista-leninista geraram resistências profeticamente denunciadas por Yakovlev, que abandonara o partido às vésperas do golpe.

Este quadro de crise econômica, militar e política animou nos “duros” das diversas instituições a esperança de que o povo não reagiria, e trocaria a liberdade pelas promessas de pão e segurança.

Mas o povo nas ruas, desafiando a junta golpista, fazia caso omissivo da série de decretos que tentavam pôr um ponto final às conquistas democráticas. Nem o toque de recolher tirou a multidão da sua vigília.

A resistência civil foi vitoriosa. Gorbachev reassumia o poder, enquanto Boris Iéltsin ganhava “nova estatura”, segundo declarações de um satisfeito Bush, que via, no desfecho, a confirmação de suas aspirações: uma nova ordem mundial sob hegemonia norte-americana.

O Presidente da República da Rússia, líder da resistência, é visto com grande simpatia nos EUA pela sua determinação em aplicar as receitas ocidentais no plano econômico. Suas atitudes, porém, demonstram que suas convicções “democráticas” estão perigosamente contaminadas. O estilo populista e declarações que ressuscitam o velho nacionalismo expansionista da “mãe Rússia”, indicaram o que veio a confirmar-se nestes dias: as pretensões de Iéltsin de concentrar o arsenal nuclear soviético na Rússia, o fechamento do Pravda<sup>7</sup>, insinuações contestando os limites com as outras repúblicas, as exigências que acabaram colocando seus quadros no comando da economia soviética...

As notícias se sucedem: o Soviete Supremo se dissolve, chama a reunião do Congresso dos deputados do Povo, suspende temporariamente as atividades do PCUS... Reorganiza-se a KGB, o Ministério do Interior e o Departamento de defesa sob novos conceitos de segurança nacional...

As repúblicas da Rússia e da Ucrânia formam aliança econômico-militar. Mas será irreversível o processo de desintegração da União ou haverá novas negociações para formular um outro Tratado<sup>8</sup>?

Depois de tantos fatos, informações e indagações, só nos resta torcer para que esse povo, que tão corajosamente se expressou nas ruas, possa encontrar o caminho alternativo ao do socialismo burocrático longe do liberalismo que coloca o mercado como o novo redentor das sociedades. Um desafio comum a todos os povos oprimidos; inclusive ao nosso.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nºs 57 e 58, ago/set. de 1991, p. 20. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Ana Maria Stuart (1945-2008). No contexto, Assessora da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)

2. No contexto, Gennady Yanayev (1937-2010) era o vice-presidente da União Soviética. Foi nomeado presidente interino em 19 de agosto de 1991, pelo Comitê Estatal para o Estado de Emergência, durante a tentativa de tomada de poder em Moscou que afastou o então presidente Mikhail Gorbachev. Esse volta ao poder em 21 de agosto apoiado por setores de

resistência. (N.E.)

3. O Partido Comunista da União Soviética (PCUS), era o partido oficial do regime da União Soviética. Era através dos Congressos realizados pelo partido que se tomavam as decisões políticas a serem seguidas. O Partido Comunista dissolveu-se em 1991, após setores do partido, descontentes com as medidas políticas e econômicas tomadas por Gorbachev, realizarem uma tentativa de golpe de estado que afastou o presidente por dois dias, entre 19 e 21 de agosto. (N.E.)

4. KGB – Komitet Gosudarstvennoi Bezopastnosti. Trata-se do Comitê de Segurança de Estado da União Soviética. Foi criada em março de 1954, um ano após a morte de Stálin, no bojo das reformas realizadas por Nikita Khrushchev. (N.E.)

5. O Grupo dos sete é composto por Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Japão, Reino Unido e Canadá. Em 1997, a Rússia foi convidada para compor o grupo, alterando o nome para G-8. (N.E.)

6. O Pacto de Varsóvia foi uma aliança de apoio militar formada entre sete países do Leste Europeu em 1955. URSS, Romênia, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Bulgária, Polônia e Hungria. O Acordo foi assinado na cidade de Varsóvia, na Polônia. A aliança surgia no contexto da Guerra Fria e da bipolaridade entre URSS e EUA. Este participava da Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte, criada em 1949, com o propósito de oferecer chancela militar e bélica para conter o avanço do socialismo. O documento H deste Caderno de Documentos intitulado “Um basta à corrida armamentista” traz uma síntese do que ficou acordado no Pacto de Varsóvia. (N.E.)

7. O Pravda era um periódico que circulava como jornal oficial do regime socialista após a Revolução Russa, de 1917. Teve sua circulação interrompida em 1991, no primeiro ano de gestão de Boris Iéltsin. (N.E.)

8. Em 1991, na esteira dos movimentos de independência das Repúblicas que integravam a União Soviética, a Ucrânia também declara a soberania de sua república, promulgando a Declaração de Independência. No mesmo ano, os chefes de Estado da Ucrânia e Rússia acordam em criar a Comunidade de Estados Independentes – CEI, na qual ficou estabelecido que as nações trabalhariam em conjunto para o estabelecimento de novas economias de mercado. (N.E.)

## r) A NOVA SITUAÇÃO INTERNACIONAL - 1991

A situação mundial vive mudanças profundas. Os Estados Unidos saem fortalecidos da Guerra do Golfo. Prossegue e se agrava a crise nos países do socialismo real. A formação de grandes blocos econômicos acentua a segregação política, econômica e social da maior parte da humanidade. Aprofunda-se a diferença entre o Norte e o Sul. A vertiginosa onda de inovações tecnológicas é acompanhada da ameaça e da subtração de conquistas sociais acumuladas pelos trabalhadores nos últimos 50 anos. O mundo caminha para o próximo século sem ter solucionado os grandes problemas que afligem as maiorias do planeta – pior ainda, vendo agravarem-se a fome, a miséria, a segregação racial, os ódios nacionais, a exclusão política e o militarismo.

Estamos assistindo ao fim das relações internacionais estabelecidas depois da 2ª Guerra Mundial. O desmoronamento dos regimes do Leste Europeu e a crise brutal que corrói a URSS – que atinge também todos os países que beberam da fonte do socialismo real – abrem caminho para um mundo no qual os Estados Unidos, em decadência econômica, mantêm a hegemonia graças a sua preponderância militar estratégica.

O colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado campo socialista não se constitui apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917.

Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso Partido, temos de reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. Se aquelas revoluções – bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram – tiveram sucesso em expropriar o capital em vários países do globo, proporcionando, direta ou indiretamente, avanços políticos e sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, o desenvolvimento com preservação da natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo.

O fôlego adquirido pelos EUA e pelo grande capital combinado com o fracasso do socialismo real permite a atual ofensiva ideológica contra toda e qualquer tentativa teórica e prática de superação da ordem capitalista. Superação, no entanto, mais necessária do que nunca.

[...]

### **O colapso do socialismo real**

No Leste Europeu, na URSS e nos demais países que compunham o chamado campo socialista, sucedem-se transformações econômicas, sociais e políticas, que estão pondo abaixo tudo o que se costumou designar como socialismo.

O que está, em alguns daqueles países, ocorrendo são verdadeiras revoluções democráticas, que estão demolindo – de dentro para fora – um mundo organizado fundamentalmente em torno da URSS. Diante destas enormes mudanças no panorama internacional, com profundas incidências sobre os paradigmas da luta pelo socialismo, o PT está chamado a compreender em profundidade tais acontecimentos, evitando tanto a postura daqueles que se lamentam diante da redobrada ofensiva do capital – por não perceberem como positivo o renascimento histórico de povos do que durante décadas tiveram sua iniciativa política sufocada – quanto dos que não querem ver o muro da miséria que está se erguendo sobre os escombros do socialismo real. Num momento como esse, de mudanças tão profundas e rápidas, é preciso evitar a pressa dos que propõem vaticínios definitivos sobre um processo ainda em curso.

Durante décadas, os regimes do socialismo real privaram povos inteiros da participação política e da democracia. Por isso mesmo, o PT saudou as transformações ocorridas naqueles países, por significarem o renascimento do movimento operário, da sociedade civil e do debate cultural. Entretanto, a confusão político-ideológica promovida por aqueles governos que se intitulavam “socialistas” e “populares” tem seu preço: hoje, nos países do ex-socialismo real, são enormes as ilusões no capitalismo, estão em risco importantes conquistas sociais e o desemprego se alastra.

Politicamente, mantêm-se ativas as forças que representam o passado – como se viu no fracassado golpe de Estado na URSS – ao mesmo tempo que crescem as forças de direita, o monarquismo e o populismo reacionário, que se aproveitam do justificado anticomunismo daqueles povos. Os conflitos étnicos – pretensamente suprimidos a fórceps – adquirem a dimensão de guerra civil na Iugoslávia<sup>1</sup> e noutros países, mas existem sinais de que os trabalhadores resistem a esse estado de coisas. É o caso da Polônia, onde o sindicato Solidariedade<sup>2</sup> rompeu com o governo de Lech Walesa e manteve uma linha combativa, o que nos ajuda a entender a boa vontade com que a comunidade internacional perdoou a dívida externa polonesa. Cabe ao PT estar atento a esses acontecimentos, buscando, especialmente, contatar aqueles agrupamentos políticos e sociais que venham a expressar os mesmos ideais configurados no projeto socialista de nosso partido.

Apesar das diferenças e da heterogeneidade, e de suas particularidades nacionais, culturais e políticas, a crise do socialismo real também atinge aqueles países que, na África, na Ásia e na América, fizeram opção por um desenvolvimento não-capitalista. Alguns desses países – como é o caso da China e do Vietnã – optaram por manter fechados os seus regimes políticos, embora adotem programas de reformas econômicas, que se encontram em estágio bastante avançado. Outros países, como é o caso de Angola e Moçambique, entraram em profunda e prolongada crise. O fim do apoio econômico e militar soviético retirou desses países as condições com as quais sustentavam regimes, na maioria dos casos, sem apoio popular, submetidos ao cerco imperialista e a prolongados processos de guerra civil.

Com a derrota eleitoral da FSLN [Frente Sandinista de Libertação Nacional], o único regime de orientação socialista que sobrevive na América Latina é o cubano. A dissolução do campo socialista e o bloqueio econômico movido pelos Estados Unidos criam enormes dificuldades a Cuba. Tudo indica, porém, que naquele país continuam presentes o sentimento antiimperialista e a mobilização de massa pela independência,

pela soberania nacional e pelo socialismo. No entanto, caso fraqueje a solidariedade internacional, persistam sem solução as enormes dificuldades econômicas e não se introduzam reformas democráticas, podem surgir *outros desdobramentos*.

## O que desabou no Leste

O modelo econômico, político e social existente nas várias experiências socialistas, apesar de suas enormes diferenças de país para país, bebeu direta ou indiretamente das mesmas fontes teóricas e práticas que ganharam destaque com a Revolução Russa de 1917 e com o modelo soviético de construção do socialismo e experiência histórica posterior e também com contradições com aquelas mesmas fontes teóricas.

A Revolução Russa esteve no centro do amplo ascenso revolucionário que eclodiu na Europa e na Ásia ao final da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, apesar de ter resistido à pressão militar de seus adversários externos, sofreu uma série de crescentes derrotas; o seu isolamento internacional, em decorrência da derrota das revoluções em países como Alemanha, Itália e Hungria e do cerco patrocinado pela burguesia internacional; a destruição massiva do país e suas consequências sociais; a eliminação das conquistas obtidas em 1917 no plano da democracia política, o crescente poder no novo Estado e no Partido, com ele imbricado por uma nova burocracia que se autonomizou de qualquer tipo de controle, etc.

Esse processo – que deriva de circunstâncias “objetivas” que não podem ser subestimadas e é, também, produto de erros cometidos pelos revolucionários que estavam à frente do novo poder – teve como resultado global uma verdadeira contrarrevolução, que alijou os trabalhadores do exercício do poder e o concentrou nas mãos de uma burocracia transformada na nova camada dominante na sociedade soviética.

Aí predominam concepções como a da edificação integral do socialismo em um só país, fundado na estatização dos meios de produção sob controle burocrático; um Estado burocrático radicalmente separado da sociedade civil e com um caráter contrário aos interesses dos trabalhadores; o partido único imposto por lei; a substituição da democracia socialista por um regime de opressão burocrática; a vulgarização – em verdade, a negação do marxismo e sua transformação em ideologia de estado; uma ideia de transição ao socialismo desumanizada, despolitizada e tecnocratizada, como simples batalha pela produção. Esse modelo e a pressão material, política e ideológica que ele exercia pesaram decisivamente no curso dos processos revolucionários posteriores: a revolução chinesa, iugoslava, vietnamita, ou mesmo, ainda que em menor grau, a cubana.

Essas experiências difundiram-se e influenciaram gerações e gerações de militantes de esquerda. Terminou-se por erigir seus pressupostos em dogmas intocáveis, à revelia da própria experiência histórica posterior. Esses dogmas aparecem, hoje, fortemente identificados com as tradições do movimento socialista, e com a própria noção de socialismo.

O PT sempre questionou tais dogmas. Nunca aceitou transformá-los em sua doutrina oficial. A prática e a teoria do PT sempre rejeitaram como modelo, para o Brasil, os sistemas políticos organizados sobre a base do regime de partido

único, dos sindicatos como engrenagens do Estado, da estatização forçada e ir-restrita da atividade econômica, do alijamento do povo do exercício do poder, da eliminação dos opositores e do predomínio do Estado/Partido sobre a sociedade e sobre os indivíduos, tudo aquilo, enfim, que ficou conhecido como a ditadura do proletariado.

Entretanto, diversas vezes tomamos a defesa dos regimes do socialismo real com o argumento de que neles, ao menos, os socialistas tinham conseguido resolver os problemas sociais aqui não superados. Nossa crítica apontava para a sua essência antidemocrática, mas incorporávamos suas experiências por aquilo que, supostamente, haviam resolvido historicamente. Essa contradição entre nossa vocação democrática originária e a complacência em relação aos regimes burocráticos impediu que nos antecipássemos criticamente, com todas as consequências decorrentes, em relação às tendências de mudanças que hoje se verificam.

Embora nunca tivessem sido predominantes, há uma série de fatores na história do PT que ajudam a entender as razões dessa contradição. Entre elas, destacam-se a disputa ideológica com o capitalismo, nas condições da Guerra Fria; uma certa nostalgia na busca da criação de um partido de vanguarda no Brasil; a defesa do estatismo como sinônimo de socialismo e a ideia de democratização da sociedade a partir do Estado e, finalmente, a convivência com teorias cientificistas e produtivistas do desenvolvimento econômico. Desse modo, acabamos nos posicionando como se o socialismo pudesse se realizar sem uma progressão histórica dos povos no sentido da democracia e da liberdade.

Quando lutamos contra a Ditadura Militar e a Nova República<sup>3</sup>, não entendíamos a democracia como uma formalidade que pudesse ser separada do social. A democracia, para nós, é a forma concreta através da qual a sociedade pode discutir e escolher abertamente, pelas maiorias, os meios e as formas de progresso material, da produção, da repartição e da circulação dos bens materiais e culturais por ela produzidos. Foi por não incorporarem esta concepção que os partidos comunistas no poder levaram as economias de seus países a um beco sem saída.

Mesmo com o progresso material da sociedade – e, na maioria destes países, esse progresso ocorreu relativamente a sua história – a resolução burocrática e administrativa da organização da produção, da circulação de bens e da vida social acabou por pressupor uma nova forma de gerir instituições que pouco se diferenciava das velhas instituições capitalistas. A nova ordem, a cidadania plena, a liberdade não só não chegaram a essas sociedades, nem penetraram em suas instituições, como foram negadas em nome da “defesa das conquistas sociais ameaçadas constantemente pelo inimigo externo”.

O isolamento internacional; a estatização generalizada da economia, que tampouco foi seguida por sua efetiva socialização; o planejamento burocrático altamente centralizado, que se fechou à participação real dos trabalhadores; a hipertrofia da indústria pesada e militar às expensas do consumo de massa; o bloqueio à livre manifestação das preferências de consumo, a castração da liberdade cultural e intelectual, a falta de democracia política e as dificuldades econômicas de toda ordem, inclusive aquelas patrocinadas pela ação imperialista, provocaram o esgotamento do impulso libertário das revoluções socialistas.

O envelhecimento da base produtiva, as perdas na produtividade e na produção, os graves problemas ambientais, o recuo das condições de vida, as precariedades de toda ordem, a violação dos direitos civis e da cidadania, esta realidade, que vem à tona de forma mais flagrante hoje, causa impacto no mundo, em especial na juventude. Não pode haver esperança com esse horizonte socialista. Por isso, o PT tem de recusar claramente esse modelo. Cabe ao Partido apontar para um horizonte socialista para a humanidade bem diferente do socialismo real.

Um dos dogmas que desabou no Leste Europeu foi a verdadeira ficção histórica de que seria possível a um bloco de países construir uma sociedade socialista, isolando-se, para isto, do mercado mundial. A expropriação da burguesia e do grande capital internacional abriu uma fissura no mercado mundial. A URSS e os países do Leste Europeu tenderam a ser excluídos da divisão internacional do trabalho que prevaleceu no sistema capitalista internacional. Essa situação só pode ser suportável durante um certo período. Mas o seu desenvolvimento acabou exigindo e pressionando a favor da reintegração desses países no mercado mundial, sem o que essas economias socializadas não conseguiriam – como acabaram não conseguindo – superar as contradições entre o livre desenvolvimento da produção, a necessidade de intercâmbio tecnológico, científico e as bases atrasadas desses países.

A produtividade do trabalho impõe, para seu crescimento, um permanente progresso tecnológico, que os países ricos só podem financiar graças ao domínio econômico que exercem sobre a maioria dos países do mundo. A busca de resolução desses problemas com recursos exclusivos de um só país, ou mesmo de um bloco de países até então atrasados, só pode gerar impasse. Ou, como acontece efetivamente, por pragmatismo, a uma relação hipócrita de coexistência com o grande capital, em prol do qual muitas vezes se chegou a sacrificar a solidariedade internacional a processos revolucionários.

Se, hoje, amplos setores da população daqueles países enxergam com simpatia o retorno a formas de exploração familiar da terra, o restabelecimento de mecanismos de mercado, inclusive uma certa presença do capital estrangeiro e de mercadorias de “melhor qualidade”, provenientes do exterior capitalista, é porque os regimes burocráticos foram incapazes de propiciar tanto democracia quanto o permanente desenvolvimento tecnológico.

Por isso, apesar de muitas vezes levarem ao retorno do capitalismo e mesmo diante dos riscos de terceiro-mundização dos países do Leste, o PT saudou as transformações lá ocorridas, porque se trata de um renascimento histórico de vários povos contra regimes que pretenderam (em nome do socialismo e da liberdade) apagar a vida social, decidir pelo povo e controlar o seu destino. Só a experiência viva, a prática dos novos sindicatos e partidos, que pipocam em meio à crise, é que vão ajudar os povos, os trabalhadores daqueles países, a superarem suas ilusões no capitalismo.

**Fonte:** I Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1991, 27 de novembro a 1º de dezembro, São Bernardo do Campo/SP. *Programas de Governo. Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. *CD-ROM*.

## NOTAS

---

1. Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, seis Estados deram origem à República Socialista Federativa da Iugoslávia: Croácia, Eslovênia, Montenegro, Bósnia e Herzegovina, Macedônia, Sérvia e as regiões autônomas de Kosovo e Voivodina. Em 1991, Eslovênia, Croácia, Macedônia e Bósnia e Herzegovina declararam independência, separando-se da União. O conflito na região se deu em função das diferenças étnicas que compõem os diferentes Estados Nacionais, que, separados, entraram em conflito. (N.E.)
2. O Solidariedade foi um sindicato independente polonês fundado no final de uma greve dos trabalhadores dos Estaleiros Lenin, em Gdansk, em agosto de 1980, liderada pelo electricista e ativista político Lech Walesa. Foi o primeiro movimento sindical não-comunista em um país comunista. Nos anos 1980, ao seu redor, constituiu um amplo movimento social conservador e anticomunista. Em agosto de 1990, formou-se uma coalizão política liderada pelo Solidariedade e, em 9 de dezembro, Walesa se tornou o primeiro presidente eleito da Polônia em 50 anos. O movimento Solidariedade prenunciou o colapso do comunismo na Europa Oriental. (N.E.)
3. “Nova República” foi uma expressão da época empregada para designar, sem sucesso, o governo, escolhido em eleição indireta, que sucedeu a ditadura militar, em 15 de março de 1985. (N.E.)

## s) O PT CONTRA O EMBARGO - 1992

Dep. Luiz Gushiken<sup>1</sup>

*A aprovação da Lei Torricelli pelo Congresso norte-americano, intensificando o embargo comercial a Cuba, é mais uma agressão dos EUA à autodeterminação do povo da ilha. O deputado Luiz Gushiken (PT-SP) apresentou à Comissão de Relações Internacionais da Câmara Federal uma moção de repúdio à Lei Torricelli, que deverá ser votada após o recesso das comissões. A seguir, reproduzimos o texto da moção e o discurso da deputada Maria Laura<sup>2</sup> (PT-DF) manifestando solidariedade a Cuba e cobrando uma postura mais clara do governo brasileiro na condenação do embargo.*

A chamada Lei Torricelli consiste em norma sancionada no mês passado (novembro) pelo presidente George Bush e que determina o endurecimento do bloqueio econômico contra Cuba. A Lei Torricelli, que recebeu essa denominação por ser de autoria do deputado de New Jersey Robert Torricelli, do Partido Democrata, estabelece novas formas de embargo contra Cuba, das quais se destacam:

Reforço do embargo americano, através da proibição do comércio com a ilha por subsidiárias estrangeiras de empresas americanas;

Exigência do envio direto de correspondências entre Cuba e os EUA através dos Correios dos EUA e autorização para a melhoria das comunicações por telefone entre os dois países, atualmente caras e ruins;

Estabelecimento das diretrizes políticas que os EUA adotarão após o fim do regime de Fidel Castro. Autorização para o envio de alimentos e remédios a Cuba numa ajuda de emergência ao eventual poder provisório e do fim do embargo quando um “governo democrático” assumir o poder;

Proibição de que navios utilizados no comércio com Cuba aportem nos EUA por seis meses após deixar território Cubano.

Esta nova lei estende a jurisdição americana além das fronteiras dos EUA para alcançar subsidiárias de companhias americanas e viola a liberdade de comércio internacional.

Também merece destaque o fato de que, no último dia 26 de novembro, a ONU aprovou resolução recomendando o fim do boicote comercial americano contra Cuba. O Brasil votou favoravelmente ao projeto de resolução cubano e o chefe da missão brasileira na ONU, Roberto Sardenberg<sup>3</sup>, antes da votação, defendeu a total reinserção de Cuba no sistema americano internacional e a extensão às relações EUA-Cuba da atmosfera de conciliação mundial que se seguiu ao fim da Guerra Fria.

Portanto, a Lei Torricelli recrudescer o cerco econômico a Cuba no momento em que a comunidade internacional apresenta tendência ao abrandamento do embargo econômico imposto à ilha.

O embargo econômico a Cuba é medida que fere o princípio de autodeterminação das nações, visando modificar o regime político de nação soberana e autônoma. O cerco americano representa injusta e indevida interferência em questão política interna cubana, desrespeitando os mais elementares princípios de direito internacional. Tal situação está conduzindo Cuba a um trágico estrangulamento eco-

nômico, pela paralisação da atividade econômica e pelo total isolamento comercial a que o país está submetido.

Assim, por se tratar de matéria relevante e que tem repercussão imediata na vida de todos os cubanos, apresentamos a presente moção de repúdio à Lei Torricelli, a fim de manifestar, através dos deputados desta Casa, a inconformidade com o agravamento do embargo econômico imposto a Cuba.

Sala das Sessões, 09 de dezembro de 1992.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 67, dez/1992 e jan/1993, p. 18. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. Luís Gushiken (1950-2013) foi escriturário do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) desde 1970. Militou no grupo trotskista Liberdade e Luta (Libelu). Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, assim como da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983. Ocupou diversos cargos na diretoria do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, onde exerceu o cargo de presidente sindical por três gestões consecutivas (1985-1987). (N.E.)

2. Maria Laura Sales Pinheiro (1941-), deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores entre 1991-1995, reeleita entre 1995-1999. (N.E.)

3. Ronaldo Mota Sardenberg (1940-), diplomata brasileiro, foi embaixador do Brasil em Moscou entre 1985-1988. Em 1990, se tornou representante permanente do Brasil junto à ONU (Organização das Nações Unidas), até 1994. Foi representante brasileiro no Conselho de Segurança da ONU e presidente do Comitê de Sanções contra a ex-Iugoslávia. (N.E.)

## t) MANIFESTO DE SOLIDARIEDADE AO POVO CUBANO - 1993

Os delegados ao 8º Encontro Nacional do PT, conscientes do importante papel que Cuba desempenha no contexto das nações do 3º Mundo, como uma fronteira de lutas pela liberdade e autodeterminação dos povos, manifestam sua solidariedade irrestrita ao heroico povo cubano, que resiste com dignidade e grandeza ao embargo econômico imposto pelo imperialismo internacional.

São longos anos de resistência que atingem de frente os setores essenciais da economia do país. Esse quadro tende a se agravar desde que o Congresso norte-americano aprovou a famigerada Lei “Torricelli”, que restringe gradativamente as relações comerciais com outros países.

Num momento de crise profunda para a Comunidade Internacional, em que as Nações Unidas (ONU) tentam interferir de forma a superar graves problemas que ocorrem no Leste Europeu, na África e no Oriente Médio, repudiamos a continuidade dessa atitude de agressão a um país e um povo que sobretudo tem se conduzido dentro dos princípios de respeito à independência e autonomia dos países-irmãos e da solidariedade internacional.

Pela Suspensão Imediata do Bloqueio Econômico!

Pelo Livre Comércio Entre Cuba e Todos os Países do Mundo!

Viva o Povo Cubano!

**Fonte:** Moção aprovada no VIII Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1993. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

## u) PELO RESPEITO AO POVO CUBANO - 1992

*Deputada Maria Laura<sup>1</sup>*

Nos dias 26 e 27 de outubro deste ano, foi realizada na Cidade do México a Conferência Internacional em Defesa do Povo Cubano. Delegados norte e sul-americanos, representando um conjunto de organizações sindicais, políticas e de solidariedade, reuniram-se para analisar as consequências desse criminoso bloqueio econômico que há mais de 30 anos afeta a vida do povo cubano.

No governo Bush<sup>2</sup>, houve um aprofundamento desse bloqueio, com a aprovação da Lei Torricelli, que atenta contra o direito internacional ao livre intercâmbio comercial e contra o direito à vida do povo cubano. Essa lei, na verdade, impõe a execução de medidas que ultrapassam as fronteiras dos EUA, tais como a aplicação de sanções a países que prestem assistência à ilha e a proibição a embarcações que atraquem em Cuba de atracar posteriormente em portos norte-americanos.

A Lei Torricelli declara que o governo norte-americano decide, por todos nós, com que países podemos comercializar ou não. É um ultraje ao direito de autodeterminação dos povos e um atentado à soberania das nações, é uma condenação do povo cubano à morte pela fome.

Essa Lei Torricelli já foi condenada e não reconhecida por diversos países, nas Américas e na Europa. O ministro das Relações Exteriores já recebeu por duas vezes o Comitê de Defesa do Povo Cubano, com o apoio e a participação de parlamentares e estamos aguardando uma posição mais incisiva do governo brasileiro sobre essa questão.

Anteontem (24 de novembro), a Assembleia Geral da ONU adotou uma resolução que solicita aos EUA que suspendam o bloqueio comercial contra Cuba. A votação foi de 59 países a favor, 3 contra e 71 abstenções, o que mostra que os EUA encontram cada vez menos cúmplices para levar essa política criminosa.

Parlamentares e o Comitê procuramos também o ministro Paulino Cícero<sup>3</sup>. O objetivo de nossa audiência era interceder para que o governo brasileiro cumpra o acordo firmado entre a Petrobrás<sup>4</sup> e Cuba para prospecção de Petróleo na ilha. O ministro ficou de nos responder, mas, infelizmente, até o dia de hoje, não conseguimos marcar nova audiência para conhecermos a posição desse governo. Continuaremos insistindo, no entanto.

Amanhã (27 de novembro), estaremos em audiência com o embaixador dos EUA no Brasil, senhor Richard Melton<sup>5</sup>, para colocar nossas posições e entregar-lhe um abaixo-assinado de representantes da vida política sindical e social do Distrito Federal, exigindo o fim do bloqueio econômico e que cessem com as ameaças de intervenção militar em Cuba.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 67, dez/1992 e jan/1993, p. 18. Acervo CSBH-FPA.

### NOTAS

1. Maria Laura Sales Pinheiro (1941 -), deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores entre 1991-1995, reeleita entre 1995-1999. (N.E.)

2. A Lei Torricelli foi aprovada durante a gestão do então presidente George Herbert Walker Bush 1989-1993. A lei previa sanções aos países que comercializassem com Cuba. O documento “O PT contra o embargo”, escrito pelo Deputado Luiz Gushiken e presente neste caderno de documentos, elenca outros aspectos previstos por esta lei. (N.E.)
3. Paulino Cícero de Vasconcelos (1937-), político brasileiro. Foi deputado federal entre 1971-1979 pela Arena (Aliança Renovadora Nacional); 1983-1987 pelo PDS (Partido Democrático Social) e 1991-1995 pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). (N.E.)
4. Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), criada em 1953 através da lei 2.004 de 3 de outubro. (N.E.)
5. Richard Huntington Melton (1935-) embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre 1989-1993. (N.E.)

## v) BLOQUEIO GENOCIDA - 1993

O bloqueio orquestrado e mantido pelos EUA contra o povo cubano continua gerando um sentimento de indignação nos brasileiros. Assim, independentemente de posições ideológicas, com o objetivo comum de se solidarizar com o povo cubano contra tal forma de agressão, representantes de 10 partidos políticos, 2 centrais sindicais, 36 sindicatos e federações, 44 entidades da sociedade civil, além de 49 deputados federais, 1 senador, 38 vereadores, 6 prefeitos e 1 vice-prefeito assinaram um “Manifesto Pelo Fim do Bloqueio dos EUA a Cuba”.

Esse abaixo-assinado foi entregue, no dia 28 de junho, ao Cônsul dos Estados Unidos em São Paulo, Philip Taylor, e ao Vice-cônsul Kess Davison, para dar conhecimento ao governo norte-americano de que as personalidades signatárias, representantes da sociedade civil brasileira, em defesa da independência, soberania e autodeterminação dos povos, repudiam o ilegal e imoral bloqueio comercial, financeiro e genocida imposto pelo governo dos EUA a Cuba.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 71, julho de 1993, p. 15. Acervo CSBH-FPA.

## w) IV REUNIÃO DO FORO DE SÃO PAULO – 1993

*“O G-7 não pode mandar no mundo”*

### **O bloqueio a Cuba**

Para pensar a América Latina, ou cada um de nossos países, é necessário pensar um pouco no mundo. Não é mais possível continuar com a atual Ordem Econômica Internacional. Por um lado, 80 por cento da população mundial consomem 20 por cento da riqueza produzida no mundo, enquanto os outros 20 por cento consomem 80 por cento das riquezas. Se alguém está satisfeito com isso, que não sejamos nós da esquerda. O Grupo dos Sete não pode continuar determinando a Ordem Econômica Mundial. Sete países – por mais importantes que sejam – não podem se reunir e determinar as bases tecnológicas, os investimentos, as políticas de exportações, o valor da moeda. Para começar a mudar isso, precisamos reunir os que, na ONU, lutam pela democratização das decisões internacionais. Independente das opiniões que cada um de nós tenha sobre Cuba, não podemos aceitar como fato consumado que um país impeça o povo de outro país de decidir sobre seu próprio destino. Hoje é o bloqueio a Cuba, amanhã poderá ser o bloqueio a vários países onde chegamos ao governo. Precisamos recuperar entre nós da esquerda uma palavra chamada solidariedade.

A esquerda da América Latina não se negará a condenar o bloqueio, para que não se repitam as experiências amargas do Chile em 73, da Argentina em 76 ou do Brasil em 64. A esquerda, por mais frágil que seja, tem compromissos de origem, tem compromissos de classe.

A queda do Muro de Berlim foi um acontecimento fantástico para a esquerda da América Latina, pois nos deixou livres para pensar novos conceitos, formular novas teorias e para implantar novos projetos. Tenho a certeza de que, nas discussões que travaremos neste quarto encontro do Foro de São Paulo, iremos enriquecer nossas experiências políticas. Não tenho dúvidas, presidente Fidel Castro, de que na próxima reunião deste Foro teremos representantes de governos de esquerda eleitos democraticamente pelo povo de seus países.

### **Havana, 22 de julho de 1993.**

O IV Encontro do Foro de São Paulo, reunido na cidade de Havana, entre os dias 21 e 24 de julho de 1993, com a presença de 112 organizações membros e 25 observadores da região, constituiu-se em uma demonstração de vitalidade das forças políticas de identidade nacionalista e anti-imperialistas, democráticas e populares, de esquerda e socialistas da América Latina e Caribe, comprometidas com mudanças profundas em nosso continente. Assim, a presença de observadores representantes de 44 instituições e forças políticas da América do Norte, Europa, Ásia e África, revela a importância que o Foro adquiriu.

A eleição, durante o III Encontro, celebrado em Manágua, Nicarágua, da cidade de Havana como sede deste Encontro transformou-se em uma decisão transcendente. Conseguiu a incorporação de 31 forças, entre as quais se incluem 21 partidos

e movimentos anticolonialistas, populares e democráticos do Caribe, que fortalecem este esforço unitário. Permiteu tomar contato com a difícil situação que atravessa o povo irmão de Cuba e constatar os graves efeitos do bloqueio e da política sistemática de agressão que o governo dos Estados Unidos está levando adiante. Igualmente, testemunhou a firmeza e vontade de luta cotidiana que os cubanos demonstram para salvaguardar as conquistas econômicas e sociais alcançadas. Quando mais de 180 milhões de latino-americanos e caribenhos vivem na pobreza, e 88 milhões suportam a extrema pobreza ou indignância, essas conquistas revolucionárias resultam ainda mais significativas.

## Contra o bloqueio

Por isso, o Encontro reafirmou sua resolução de condenar o imoral bloqueio imperialista contra Cuba e assumiu o compromisso de aprofundar as ações políticas visando ao seu levantamento, assim como à integração plena e incondicional de Cuba à Comunidade Continental da qual é parte indivisível.

O Foro de São Paulo converteu-se em um acontecimento sem precedentes. Forças políticas da região, de diversas orientações ideológicas e políticas, encontramos formas de avançar no difícil e inequívoco caminho de uma unidade na diversidade, assentada em nosso próprio desenvolvimento histórico e alicerçada em um continente ética e culturalmente mestiço, base de nossa potencialidade para desenvolver um modelo de sociedade soberana, solidária, justa e integradora.

[...]

Decididos estamos a avançar por novos e criativos caminhos de luta e de vitória!

Havana, 24 de julho de 1993.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 73, Encarte Especial, setembro de 1993, pp. 01-04. Acervo CSBH-FPA.

## x) SOLIDARIEDADE A CUBA CONTRA O BLOQUEIO E APOIO À EMENDA DE CHARLES RANGEL<sup>1</sup> - 1994

O 9º Encontro Nacional do PT reforça o apoio e solidariedade ao povo cubano contra o bloqueio imperialista criminoso de 32 anos, submetendo Cuba às mais difíceis condições de vida e de relação econômica com outros países.

O PT denunciaria o bloqueio, através de suas instâncias, bem como articulando com outros partidos e entidades atos e manifestações contra o bloqueio imperialista.

Nesta iniciativa, o 9º Encontro manifesta apoio ao projeto de Lei, tramitando no Congresso Nacional Americano, do deputado Charles Rangel, democrata de New York, que derruba a Lei Torricelli, hoje uma das mais importantes legitimadoras do bloqueio.

O PT fará iniciativas de apoio a esta emenda.

**Fonte:** Moção aprovada no IX Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1994. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

### NOTAS

---

1. Charles Bernard Rangel (1930-), político norte-americano vinculado ao Partido Democrata, propôs uma emenda de flexibilização do embargo econômico promovido pelos Estados Unidos à Cuba. Na emenda, eram propostas transferências bancárias diretas entre os bancos dos dois países, e também o visto para que funcionários de Cuba pudessem viajar aos Estados Unidos para realizar transações financeiras. A emenda foi derrotada em 2007. (N.E.)

## y) CARTA A FIDEL - 1994

Luiz Inácio Lula da Silva<sup>1</sup>

São Paulo, 23 de janeiro de 1994.

Presidente Fidel Castro  
República de Cuba  
Prezado companheiro:

O companheiro Hilário Marques, prefeito de Quixadá (Ceará) e Membro do Diretório Nacional, foi designado como representante do Partido dos Trabalhadores ao 4º Encontro de Solidariedade. Ele é portador da nossa solidariedade para com o povo de Cuba nesta hora difícil por que atravessa vosso país.

Reiteramos aqui nosso veemente protesto contra o bloqueio a que vem sendo submetida Cuba por parte do governo norte-americano. Hoje, como partido de oposição, amanhã, como partido de governo, o PT envidará todos os esforços para plena reintegração de Cuba à comunidade americana e para que seu povo possa seguir o caminho do progresso econômico, social e político sem qualquer tipo de constrangimento exterior.

Não poderia concluir essa mensagem de simpatia e de esperança para com Cuba sem mencionar a estranheza que provocou em nosso partido e na sociedade brasileira a viagem do ex-presidente Fernando Collor de Mello<sup>2</sup>, que, segundo foi amplamente veiculado, estaria em vosso país a convite do governo cubano.

Independentemente das posições que este senhor tenha adotado no passado em relação a Cuba e, obviamente, respeitando o direito que tem o governo cubano de convidar quem bem deseja, não podemos ocultar que a presença de Collor em vosso país, a qualquer título que seja, não honra Cuba e sua tradição revolucionária.

Collor de Mello, além de expressão do conservadorismo neoliberal que ajudou a empobrecer o povo brasileiro, foi julgado por crime de responsabilidade pela sociedade brasileira e pelos poderes constituídos.

A presença deste senhor em Cuba confunde a opinião pública brasileira.

Os valores éticos que sempre nortearam a revolução cubana e que seus mais acérrimos inimigos nunca puderam negar são incompatíveis com a presença deste senhor em vosso país. Reiterando minha amizade pessoal, nosso apoio combativo e solidário para com Cuba, aproveito esta ocasião para expressar, prezado presidente, toda a minha simpatia.

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 81, janeiro de 1994, p. 07. Acervo CSBH-FPA.

### NOTAS

1. No contexto, presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores. (N.E.)
2. Fernando Collor de Melo (1949-), político brasileiro, disputou as eleições pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), assumiu a presidência em 1990 e em 1992 foi deposto por meio de processo de impeachment. (N.E.)

## z) FIDEL RESPONDE À CARTA DE LULA - 1994

*Fidel Castro Ruz*

“Querido amigo Lula,

Respondo a sua carta de 23 de janeiro. Não irei referir-me a sua reiterada e invariável solidariedade com nosso país, que sempre esperamos e temos recebido de você – principalmente neste período tão difícil que atravessa nossa Revolução – e que tanto agradecemos. Abordarei o que você me diz sobre a já famosa viagem de Collor.

Não esperava que um ato de simples cortesia de nossa parte desse lugar a este nível de incompreensões e aos problemas criados por esta viagem. Com muito prazer, explico os motivos de nossa atuação. Quando Collor foi presidente do Brasil, manteve uma atitude respeitosa e inclusive amistosa em relação a Cuba. Fez vários pronunciamentos elogiando a obra social da Revolução Cubana e resistiu a numerosas pressões por parte dos Estados Unidos para mudar sua política frente a nosso país. Nas vezes que visitei o Brasil, foi sempre muito deferente e amistoso com nossa delegação, desde a posse em Brasília até a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (ECO-92) no Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Igual atitude manteve nas Conferências de Chefes de Estado Iberoamericano de Guadalajara e Madrid<sup>2</sup>. Sua conduta nessas reuniões foi de visível consideração e respeito e seu papel se diferenciou de outras personalidades pelo comportamento amável, cuidadoso e, por vezes, de simpatia ou admiração diante dos pronunciamentos de Cuba.

Naturalmente estávamos agradecidos por sua conduta, independentemente das diferenças ideológicas. Por isso, quando ainda era presidente, convidei-o a visitar Cuba – com convite reiterado em mais de uma ocasião.

Recentemente, transcorridos muitos meses desde sua destituição, nos pediu para realizar uma visita a Cuba para descansar e depois seguir viagem para a Europa. Sabíamos que isto poderia trazer algumas dificuldades e riscos, porém, nos pareceria oportunista e covarde de nossa parte, quando já não era presidente nem tinha qualquer influência, proibir essa visita, para a qual precisava em primeiro lugar a permissão das autoridades de seu próprio país. Confesso, querido companheiro Lula, que nossa atitude talvez não tenha sido muito política, mas sim inquestionavelmente honesta e inspirada em considerações de tipo humano.

É lógico que teríamos desejado tratá-lo com alguma consideração levando em conta os antecedentes que lhe expliquei e o fato de haver ocupado a presidência do Brasil, mas limitamos as atenções ao mínimo indispensável que exige a cortesia e levamos em conta as sugestões de nossos amigos de evitar tudo o que pudesse dar a aparência de um caráter oficial à visita.

Desejo e espero que isto não ocasione nenhum dano a nossos amigos no Brasil, e ainda lamento muito, sinceramente, qualquer dúvida que possa suscitar na opinião pública de um país tão querido e apreciado por nosso povo. Garanto, Lula, que na política podemos nos comportar algumas vezes como Quixotes, porém jamais seremos desonestos. Posso assegurar também que nesse quixotismo há uma ética pouco usual no mundo de hoje. Agradeço infinitamente suas preocupações,

que são recebidas como sempre com o maior interesse e consideração.

Fraternalmente,  
Fidel Castro Ruz.”

**Fonte:** *Boletim Nacional do PT*, nº 83, março de 1994, p. 06. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

---

1. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (ECO-92) foi realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro. Neste evento, debateu-se sobre o desenvolvimento sustentável e a necessidade de preservação do meio ambiente. Estiveram presentes cerca de 170 países. (N.E.)

2. A Conferência de Chefes de Estado Iberoamericano é uma reunião que ocorre entre os chefes de Estado dos países da Ibero-América desde 1991. Pertecem ao bloco: Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Em julho de 1991, o encontro se realizou na cidade de Guadalajara, no México e, em 1992, ocorreu em Madrid, na Espanha. (N.E.)

## aa) MOÇÃO EM DEFESA DO POVO CUBANO - 1995

O 10º Encontro Nacional do PT reafirma sua solidariedade à luta do povo cubano contra o agressivo e criminoso bloqueio imposto pelos EUA, que marginaliza e tenta derrubar a autonomia e autodeterminação do povo cubano e sua luta.

É preciso denunciar os projetos de lei que tramitam hoje no Congresso Americano, que podem atacar ainda mais a luta do povo cubano, em particular a revogação da lei Torricelli e rejeição da Lei Helms-Burton, que aprofundam o bloqueio.

Articular ações contra o bloqueio no partido, nos movimentos, procurando ampliar a solidariedade em defesa das conquistas históricas do povo cubano, com comitês e atividades públicas que incrementem doações, remédios e ajuda material, expressão da solidariedade.

Declarar 1995 ano internacional José Martí contra o bloqueio.

Apoiar o 10 de outubro, data do início da luta revolucionária do povo cubano, como Dia Mundial de Solidariedade a Cuba.

Que nossas Administrações Democrático-Populares ampliem os contatos com as experiências em saúde e educação desenvolvidas em Cuba.

Que nossos parlamentares denunciem nos Legislativos o bloqueio contra o povo cubano.

Viva a Luta do Povo Cubano!

**Fonte:** Moção aprovada no X Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, 1995. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. Organização: Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/ Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

## b) MULHERES SE REÚNEM EM HAVANA - 1998

Clara Charf

O Encontro Internacional de Solidariedade entre Mulheres, realizado entre 13 e 16 de abril, e que reuniu 2.946 mulheres, representantes de 79 países, em Havana, Cuba, não só diagnosticou a situação das mulheres no mundo, mas propôs a criação de uma força solidária global, que tenha o ser humano como eixo central.

Se é verdade que as mulheres enfrentam discriminação de topo tipo: nacional, social, racial, de etnia, de idade, orientação sexual, posição econômica e religião; se é verdade que a pobreza é um fenômeno global e as mulheres constituem 60% dos milhões de pobres no mundo; que no ano 2000 as mulheres serão 600 milhões de analfabetas; que milhões de mulheres não têm acesso à saúde, nem direito à autode-terminação e exercício de sua sexualidade; enfrentam violência crescente, trabalham o dobro do tempo dos homens e ganham entre 65% e 75% de seu salário; e se muitas outras transformações lhes foram impostas por um modelo neoliberal guiado pela cobiça, a riqueza cada vez maior e o mais feroz individualismo que atinge a milhões de seres humanos, crianças ou adultos; o caminho é abraçar a causa que busca a justiça, a dignidade e a felicidade dos seres humanos, em especial das mulheres.

Isso reafirma o movimento feminino e feminista que tenha capacidade de organização e ação e que torne mais efetiva a concepção de solidariedade entre as mulheres do mundo.

E, no caso específico de Cuba, é preciso construir a rede de solidariedade com o povo cubano e suas heroicas mulheres.

Segue a íntegra da resolução do encontro realizado em Cuba.

### DECLARAÇÃO DE SOLIDARIEDADE A CUBA

As 2.946 mulheres, representantes de 79 países de todo o continente, reunidas neste Encontro Internacional de Solidariedade entre Mulheres, de 13 a 16 de abril, em Havana, Cuba, condenam a cruel e nefasta atitude dos Estados Unidos que, contra a heroica Cuba e em seu ambicioso afã de transformar-se em amo e senhor do Universo, ultrapassa limites e fronteiras em sua pretensão de fazer desaparecer o exemplo de Cuba.

Cuba, país digno e soberano, tem resistido a um bloqueio econômico que viola todas as normas internacionais, imposto por muitos anos e recrudescido com a aplicação de leis como a Torricelli<sup>1</sup> e a Helms-Burton,<sup>2</sup> que ameaçam não só Cuba, mas atentam contra a soberania de todos os povos do mundo.

Muitas têm sido as dificuldades que sofrem as mulheres cubanas e o povo em geral, mas que são superadas por sua convicção e sua resistência, o que lhes têm permitido manter sua liberdade, independência e soberania, este direito inalienável dos povos de decidir livremente seu destino, de determinar seu sistema de vida e modelo de desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Pelo exposto, declaramos:

1. Que as mulheres sentem como suas as dificuldades atravessadas pelo povo cubano.

2. Que para desenvolver nossa atuação, devemos implementar uma ampla sensibilização sobre o que tem significado para o povo cubano o bloqueio e, por sua vez, o espírito de resistência e dignidade com que o tem enfrentado. Por isso, hoje, ao concluir esse Encontro de Solidariedade, as mulheres aqui presentes condenam unanimemente as pressões econômicas e de todo tipo implementadas pelo imperialismo norte-americano e exigem:

1. Que cesse o bloqueio econômico, comercial e financeiro, que durante mais de 36 anos tem sido imposto pelo imperialismo norte-americano ao povo de Cuba.

2. Que sejam respeitadas a soberania e independência do povo cubano.

3. Que cesse a guerra bacteriológica, que tem atingido brutalmente a economia cubana, sua produção de alimentos; que tem atentado diretamente contra a saúde da população, causando a morte especialmente de crianças e idosos.

Portanto, propomos:

1. Mobilização e divulgação constante da realidade que vivem as mulheres cubanas e seu povo.

2. Que sejam dedicados, mundialmente, à solidariedade às mulheres cubanas o dia 8 de março (passado) e todos os dias 15 de abril. Nessa data, há 37 anos, iniciou-se a Batalha de Girón<sup>3</sup>, com bombardeios e tiroteios aéreos que causaram os primeiros mortos frente à tentativa de invasão de Cuba.

3. Construir uma rede de solidariedade com o povo cubano e suas mulheres.

4. Realizar campanhas de informação, contrapondo-se à desinformação que existe sobre a realidade de Cuba.

5. Institucionalizar a cada três anos a realização do Encontro de Solidariedade entre Mulheres.

6. Realizar uma caravana de solidariedade nas fronteiras dos diferentes países, organizada pelos movimentos de mulheres.

7. Que a solidariedade moral e material com o povo cubano seja permanente.

Solidarizar-nos com Cuba é solidarizar-nos com nós mesmas!

Globalizemos a solidariedade a Cuba!

Vivam as mulheres cubanas!

Viva o povo de Cuba!

Viva a revolução cubana!

Fonte: *PT Notícias*, nº 62, 1998, p. 4. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. A Lei Torricelli foi aprovada durante a gestão do presidente George Herbert Walker Bush (1989-1993). A lei previa, entre outras coisas, sanções aos países que comercializassem com Cuba. O documento “O PT contra o embargo”, escrito pelo Deputado Luiz Gushiken, presente neste caderno de documentos, elenca outros aspectos previstos por esta lei. (N.E.)

2. A lei Helms-Burton foi proposta por Jesse Helms e Dan Burton, políticos norte-americanos do Partido Democrata. Originalmente, a lei era denominada Lei para a Liberdade e a Solidariedade Democrática Cubana, e foi sancionada pelo presidente Bill Clinton em 1996. Dentre seus aspectos, a lei proibia que o presidente pudesse alterar ou retirar as normas do

embargo econômico a Cuba, bem como autorizava a vetar a entrada da Ilha em organismos financeiros internacionais. (N.E.)

3. Em abril de 1961 ocorreu uma ocupação na Praia de Girón, que ficou conhecida como Batalha de Girón ou Invasão da Baía de Cochinos. Um grupo de cubanos exilados realizou uma operação militar ocupando a baía, na tentativa de instaurar um governo provisório contrário ao regime cubano. O grupo não obteve vitória, derrotado pelas milícias nacionais revolucionárias. (N.E.)

## cc) BALANÇA O MURO DE WASHINGTON - 1998

*Frei Betto*<sup>1</sup>

O Muro de Berlim desabou em 1989. Os escombros soterraram o socialismo no Leste Europeu, o ativismo militante da esquerda e as utopias libertárias. Encerrada a Guerra Fria, o capitalismo alargou suas fronteiras, acenando com mais liberdade e prosperidade. A Rússia dependurou-se na alça da Bolsa de Valores e deixou-se monitorar pelo FMI<sup>2</sup> e o Banco Mundial<sup>3</sup>, sediados em Washington.

O Consenso de Washington<sup>4</sup> prescreveu um receituário considerado infalível à felicidade geral das nações: ajuste fiscal, privatização do patrimônio público, não-intervenção do Estado na economia, mercado aquecido pela livre concorrência e regulado pelas leis da oferta e da procura.

Eis o neoliberalismo, a nova face do liberalismo. O receituário parecia eficaz, pois arrancou os Tigres Asiáticos<sup>5</sup> da jaula do subdesenvolvimento e permitiu que países como o México, a Argentina e o Brasil debelassem a espiral inflacionária.

Estava erguido o Muro de Washington: de um lado, o capital volátil, os investimentos especulativos, o cassino global, no qual as nações do Terceiro Mundo figuram como números na roleta dos juros altos. Do outro, o crescimento do déficit público, da dívida externa, do desemprego e da pobreza.

Ao contrário do Muro de Berlim, feito de pedras, o de Washington atravessa o planeta em sinais eletrônicos, manifesta-se nos índices das Bolsas de Valores, constrói-se com derivativos e demarca, numa mesma nação, a fronteira divisória entre privilegiados e excluídos.

Países dotados de excepcional capacidade produtiva e incomensuráveis riquezas naturais, como o Brasil, aderiram ao Consenso de Washington, convencidos de que a desnacionalização de suas economias seria a via mais rápida à sua integração no Primeiro Mundo.

Alguns, como os Tigres Asiáticos, valeram-se do festival de dólares para investir em educação e infraestrutura, e proteger a indústria nacional. O Brasil, convencido de que Deus é brasileiro, preferiu acreditar que estaria acima de eventuais turbulências da economia mundial.

De repente, balança o Muro de Washington. Primeiro, a Tailândia; em seguida, a Indonésia, com estilhaços nas vidraças do Japão. Os senhores do FMI trataram de acalmar os ânimos com injeções de dólares, mudanças na política econômica e substituições políticas, como ocorreu na Indonésia e no Japão. O tigre não morreu, mas perdeu os dentes.

Eis que, por sua vez, o urso apresentou sinais de agonia. Os senhores de Washington deixaram de prestar atenção na alcova presidencial e correram para Moscou. Não se pense que temiam a morte do urso e, num gesto altruísta, se mostravam dispostos a reanimá-lo com novas injeções de capital. O único interesse era salvar os investimentos estrangeiros na roleta russa e a bandeira do neoliberalismo erguida sobre o Muro de Washington.

Após o aparente fracasso do socialismo, urgia não permitir o fracasso do capitalismo. Sobretudo no Leste Europeu. Não houve tempo. Bilhões de dólares foram tragados pela queda do urso. O neoliberalismo viu-se desmoralizado. Tornou-se

urgente a intervenção do Estado na economia.

O efeito Orloff deu ressaca nas finanças mundiais. As Bolsas entraram em queda livre, os investidores retraíram-se, as nações atreladas ao receituário do FMI tiveram de sacar bilhões de dólares de suas reservas para cobrir os rombos abertos pela fuga do capital especulativo. O Brasil perdeu, em agosto, pouco mais de US\$ 9 bilhões. Dinheiro suficiente para, afinal, realizar a reforma agrária, acabar com o problema fundiário e, de quebra, tirar da rua todas as crianças desamparadas.

Ocorre que o Brasil carrega, em seu inconsciente político, a síndrome de Tancredo Neves<sup>6</sup>. Doente, evitou tratar-se antes de tomar posse como presidente da República. Primeiro, o almejado poder. Depois, a saúde do corpo. Não deu. O eleito morreu antes de ser empossado e o país mergulhou numa era inflacionária sem precedentes.

Agora, trata-se de fazer de conta que o Brasil não está com a saúde econômica abalada. Pelo menos até 4 de outubro, dia das eleições. Até lá, o Banco Central espera ter fôlego para injetar bilhões de dólares no mercado financeiro e, assim, manter a estabilidade do real. Acenará aos investidores com vantagens jamais vistas, juros mais altos, isenção de impostos etc., como o crupiê que grita “façam sua jogada” e promete a sorte grande ou o dinheiro de volta. Se houver perda, o ônus é do cassino Brasil. Entenda-se: o povo brasileiro.

Entre as eleições e 1º de janeiro, só a equipe econômica sabe o que ocorrerá. Mas não é preciso bola de cristal para prever novo ajuste, desvalorização do real, enxugamento da liquidez. Teremos um Natal de muitas velas e poucas alegrias.

Tudo porque o governo que nos governa se deixa governar pelo Consenso de Washington. Despreza a capacidade de trabalho do brasileiro, a competência de nossos cientistas e técnicos, o potencial de nossa indústria nacional e, sobretudo, a fartura de nossa agricultura, se o campo não sofresse a praga do latifúndio e a falta de uma política agrícola.

A 4 de outubro, só nos resta votar pela independência do Brasil<sup>7</sup>.

**Fonte:** *PT Notícias*, nº 71, 1998, p. 02. Acervo CSBH-FPA.

## NOTAS

1. Escritor, autor de “Cotidiano & Mistério” (Olho D’Água), entre outros livros. (Nota do documento original).
2. O Fundo Monetário Internacional foi criado em 1945 como um dos sustentáculos da reconstrução da ordem econômica internacional do Pós-guerra. (N.E.)
3. O Banco Mundial é uma organização financeira internacional criada em 1945, no contexto de criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Atualmente possui 189 países membros, possui como objetivo promover a prosperidade compartilhada e reduzir os índices de pobreza nos países considerados em desenvolvimento. (N.E.)
4. Nome dado ao encontro ocorrido em Washington, em 1989, convocado pelo Institute for International Economics com o título “Latin American Adjustment: How Much has Happened?”. Contou com a presença do FMI – Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e de economistas latino-americanos. (N.E.)

5. O termo “Tigres Asiáticos” é utilizado para denominar quatro países da Ásia que, a partir da década de 1970, obtiveram crescimento econômico. São eles: Hong Kong, Coreia do Sul, Singapura e Taiwan. (N.E.)

6. Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Advogado e político. Vereador em São João Del Rei (1935-1937), deputado estadual em Minas Gerais (1947-1951), deputado federal por Minas Gerais (1951-1955, 1963-1979), ministro da Justiça (1953-1954), diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1956), diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil (1956-1959), secretário de Finanças de Minas Gerais (1959-1960), presidente do BNDES (1960-1961), primeiro-ministro (1961-1962), senador por Minas Gerais (1979-1983), governador de Minas Gerais (1983-1984), presidente eleito da República em janeiro de 1985, falecendo em abril deste mesmo ano. (N.E.)

7. O autor refere-se à eleição presidencial de 1998, disputada pelos candidatos Fernando Henrique Cardoso pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), e Luís Inácio Lula da Silva, pelo PT (Partido dos Trabalhadores). (N.E.)